

INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE AOS NEGÓCIOS

RECOMENDAÇÕES E
MAPEAMENTO DE FERRAMENTAS



INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE AOS NEGÓCIOS

RECOMENDAÇÕES E
MAPEAMENTO DE FERRAMENTAS

Acesse a publicação
pelo QR Code abaixo.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Presidente

Gabinete da Presidência

Danusa Costa Lima e Silva de Amorim

Chefe do Gabinete

Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

Diretoria de Relações Institucionais

Roberto de Oliveira Muniz

Diretor

Diretoria de Tecnologia e Inovação

Jefferson de Oliveira Gomes

Diretor

Diretoria de Comunicação

Ana Maria Curado Matta

Diretora

Diretoria Jurídica

Cassio Augusto Muniz Borges

Diretor

Diretoria Corporativa

Cid Carvalho Vianna

Diretor

INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE AOS NEGÓCIOS

RECOMENDAÇÕES E
MAPEAMENTO DE FERRAMENTAS



© 2024. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Superintendência de Meio Ambiente e Sustentabilidade

FICHA CATALOGRÁFICA

C748i

Confederação Nacional da Indústria.

Integração da biodiversidade aos negócios : recomendações e mapeamento de ferramentas /
Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2024.

59 p. : il.

ISBN 978-85-7957-276-0

1. Biodiversidade 2. Negócios 3. Indústria Brasileira I. Título.

CDU: 574.1

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989/3317-9992

sac@cni.com.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação da natureza e da biodiversidade com a Força-Tarefa para divulgação financeira relacionada à natureza (TNFD) e com a Meta 15 do Marco Global de Biodiversidade	20
Figura 2 – Mapa destacando os países selecionados para análise das Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) e identificação dos instrumentos de implementação da Meta 15.....	21
Figura 3 – Visão geral da paisagem de relatos e como as iniciativas se relacionam tendo em vista o cumprimento da Meta 15 do GBF pela indústria brasileira.	39
Figura 4 – Visão geral da biodiversidade nos relatórios ESG das empresas listadas na B3	44
Figura 5 – Relato de dependências, impactos, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade nos relatórios ESG das empresas listadas na B3	45
Figura 6 – <i>Frameworks</i> utilizados para relatar impactos na biodiversidade nos Relatórios de Sustentabilidade (e afins) de 92 empresas listadas na B3 e com nota A e A- no CDP.....	46
Figura 7 – Informações disponibilizadas nos relatórios de sustentabilidade/ESG sobre impacto na biodiversidade e lista de espécies ameaçadas não corroboram com a utilização do GRI Standards 304-2 e 304-4.....	46
Figura 8 – Ferramentas e metodologias utilizadas para relatar impactos, dependências e riscos à biodiversidade nos Relatórios de Sustentabilidade (e afins) de 92 empresas listadas na B3 e com nota A e A- no CDP.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das principais abordagens (<i>frameworks</i> , metodologias e ferramentas) utilizadas para o alinhamento com a Meta 15.	31
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das abordagens utilizadas para cada objetivo deste estudo	20
Tabela 2 – Ações e iniciativas dos países encontradas nas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) avaliadas	26
Tabela 3 – Resumo das regulamentações brasileiras relacionadas à Meta 15.....	28

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	11
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	17
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 Definições.....	19
2.2 Abordagens	20
2.2.1 Análise das EPANBs (abordagem a).....	21
2.2.2 Buscas com palavras-chave (abordagem c).....	21
2.2.3 Levantamento de relatórios ESG (abordagem d).....	22
2.2.4 Revisão dos <i>frameworks</i> e ferramentas utilizados mundialmente (abordagem e)	23
3 RESULTADOS DO MAPEAMENTO	25
3.1 Mapeamento de regulamentações de Países signatários da CDB.....	25
3.2 Legislação nacional e instrumentos existentes que podem ser utilizados pelos setores empresarial e financeiro na divulgação (“ <i>disclosure</i> ”, em inglês) de riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade.	27
3.3 Identificação das metodologias utilizadas para a gestão responsável da biodiversidade nas operações de negócios, incluindo o monitoramento de riscos, dependências e impactos	30
3.3.1 Contexto internacional	30
3.3.1.1 Relatos de impactos e dependências no contexto internacional	40
3.3.1.2 Relatos de riscos e oportunidades no contexto internacional.....	41
3.3.2 Contexto nacional	43
3.3.2.1 Relato de impactos, dependências, riscos e oportunidades no contexto nacional	44
3.3.2.2 Ferramentas para relatos de impactos no contexto nacional	46
3.3.3 Tendências de relato e materialidade.....	47
3.3.4 Discussão.....	48
3.3.4.1 Dados sobre a Biodiversidade	49
4 RECOMENDAÇÃO DAS MELHORES ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA META 15 NO BRASIL, CONSIDERANDO-SE METODOLOGIAS EXISTENTES E EXPERIÊNCIAS	53
GLOSSÁRIO.....	57

APRESENTAÇÃO

Percebemos o crescimento de um movimento global para que os negócios, em diversos setores econômicos, caminhem orientados pelos valores da sustentabilidade ambiental e social, cada vez mais importantes para a sociedade. O uso responsável dos recursos naturais e a clareza na comunicação das práticas empresariais se tornaram fundamentais, com nítidos reflexos na relação entre as companhias e possíveis investidores, assim como em várias operações do mercado financeiro.

As estratégias relacionadas ao que se convencionou chamar de ESG (sigla em inglês para o conceito de responsabilidade ambiental, social e de gestão organizacional) passaram a ter extrema relevância para a sobrevivência, a geração de valores e o desenvolvimento das empresas. Incorporar essas práticas no cotidiano das fábricas, estabelecimentos e escritórios proporciona um diferencial em mercados competitivos, além de colaborar enormemente para o alcance do bem-estar comum.

Nesse cenário de mudanças, os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica adotaram, em 2022, um conjunto de metas ressaltando a importância da biodiversidade para o mundo. Dentre elas, a meta 15 chama especial atenção para a necessidade da ação corporativa consciente, incentivando empresas a aumentarem suas contribuições positivas ao meio ambiente e, em consonância, diminuírem possíveis consequências negativas.

Existem diferentes ferramentas que proporcionam um entendimento claro dos impactos, riscos, dependências e oportunidades ligadas à gestão ambiental. Esses instrumentos permitem que as empresas sejam mais efetivas em seus programas de uso racional de recursos, comunicando-os com transparência e consistência.

Como principal voz do setor industrial brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica o presente estudo, cujo objetivo é fornecer informações que possam auxiliar as empresas a integrar as justas demandas da biodiversidade em seus negócios. O documento também faz recomendações para a conformidade com as regulamentações e novas tendências no cenário nacional e internacional.

Boa leitura.

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Presidente da CNI



SUMÁRIO EXECUTIVO

A perda da biodiversidade é uma das maiores ameaças globais, afetando o meio ambiente, as economias e o bem-estar humano. Este fenômeno, acentuado nas últimas décadas, resulta na diminuição da diversidade de espécies e habitats, impactando diretamente os serviços ecossistêmicos fundamentais à vida e à economia.

O Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (Global Biodiversity Framework – GBF, sigla em inglês) foi aprovado durante a 15ª Conferência das Partes como o Plano da Biodiversidade. Esse instrumento define 4 objetivos e 23 metas para enfrentar os desafios relacionados à perda da biodiversidade até 2030, com uma visão de viver em harmonia com a natureza até 2050.

A meta 15 é endereçada ao setor privado e traz elementos e indicadores para a integração da biodiversidade aos negócios. O objetivo geral dessa meta é encorajar e permitir que as empresas e, em particular as de grande porte, bem como as transnacionais e instituições financeiras, reduzam os seus impactos negativos e aumentem os impactos positivos, em linha com a missão do marco global.

Atingir esse objetivo exige o engajamento do setor empresarial e financeiro no sentido de monitorar, acessar e reportar riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade. A adesão a essas diretrizes é crucial para uma economia sustentável e resiliente, além de atrair novos investimentos e mercados.

Nesse contexto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou este estudo cujo objetivo, além de realizar um *benchmarking* abrangente sobre práticas de monitoramento de riscos, dependências e impactos dos negócios em relação à biodiversidade, avaliou, comparou e identificou as melhores ferramentas existentes para a implementação nacional da meta 15.

Contexto nacional e reportes sobre a biodiversidade

No Brasil, a biodiversidade é uma das mais ricas do mundo, o que torna urgente a implementação de regulamentações que promovam sua conservação. A adesão às metas do GBF deve ocorrer através da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), destacando a necessidade de as empresas brasileiras se adaptarem a essas novas tendências e exigências.

Este estudo buscou identificar e entender as formas de reporte das empresas nacionais. Entretanto, como os relatórios ESG (e afins) das 92 empresas da B3 e que possuíam nota A e A- no CDP referentes a 2023 foram lançados ao longo do desenvolvimento deste projeto, apresentamos os resultados tanto para o ano de 2022 (82 relatórios) quanto para 2023 (25

relatórios). O levantamento mostrou que 87,80% e 88,46% citam a biodiversidade em seus relatórios (2022 e 2023, respectivamente), sendo que 35,58% e 53,84% das empresas consideram a biodiversidade tema material em 2022 e 2023, respectivamente. Por fim, 19,51% e 34,61% declararam metas relacionadas à biodiversidade (2022 e 2023, respectivamente).

Ferramentas e metodologias

Existem diferentes *frameworks* (estruturas de trabalho), metodologias ou ferramentas para relatar a sustentabilidade de forma geral, incluindo informações sobre emissões de gases de efeito estufa, biodiversidade ou natureza. Enquanto algumas dessas são voltadas a estruturar e orientar o relato, outras facilitam a gestão (avaliação e compreensão) da biodiversidade no negócio.

A biodiversidade e a natureza variam de acordo com cada região, por isso diferentes metodologias e métricas podem ser aplicadas de maneira complementar para sua análise e relato. O estudo buscou identificar quais destas abordagens podem ser utilizadas pelo setor empresarial para atender aos indicadores propostos pela meta 15.

Um dos *frameworks* alinhados à meta é a *Taskforce for Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). A iniciativa estrutura e orienta como relatar impactos, riscos e dependências da natureza em 14 divulgações públicas.

Outro *framework* bastante utilizado é o *Global Reporting Initiative* (GRI) que estrutura relatórios de sustentabilidade de acordo com tópicos numerados. A atualização da versão de 2024 traz elementos relacionados com a divulgação de impactos e dependências da biodiversidade. Já na Europa predomina o *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS), uma regulamentação que estabelece diretrizes obrigatórias para empresas do continente.

Independente do *framework* a ser utilizado, veremos no presente estudo, que a gestão da biodiversidade é crucial para a prevenção de riscos e a identificação de oportunidades de negócios.

O documento a seguir busca facilitar essa troca de ideias, compartilha informações com foco nos avanços futuros para o alcance das metas de biodiversidade, em consonância com o desenvolvimento sustentável. Recomenda-se que as empresas brasileiras adotem práticas robustas de monitoramento e relato sobre biodiversidade, contribuindo para a conservação e sustentabilidade a longo prazo.

Roberto Muniz

Diretor de Relações Institucionais da CNI



1 INTRODUÇÃO

A diversidade biológica garante a resiliência dos ecossistemas e é fundamental para a adaptação às alterações ambientais e climáticas. A perda da biodiversidade é um dos maiores desafios ambientais da humanidade e se refere à diminuição da variedade e da abundância de vida na Terra, tanto em termos de espécies quanto de ecossistemas. Esse declínio se acentuou nos últimos dois séculos devido a diferentes fatores, incluindo a perda de habitats naturais, a exploração excessiva de recursos naturais, as mudanças climáticas, e a contaminação de águas e solos.

Considerando o papel central da biodiversidade para as dinâmicas ambientais e da sociedade como um todo, o *Global Risk Report*¹, publicação anual do Fórum Econômico Mundial, identificou, em 3ª posição, a perda da biodiversidade e o colapso dos ecossistemas dentre os maiores riscos à economia, ao ambiente, à sociedade, à geopolítica e à tecnologia, em escala global, na próxima década.

Neste contexto, tendências para a inclusão da biodiversidade como tema material² e relevante para empresas, especialmente grandes e médias organizações, têm ganhado força. Principalmente a partir da adoção do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (*Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework* – GBF da sigla em inglês)³, também chamado de Plano de Biodiversidade para Vida na Terra (*The Biodiversity Plan for Life on Earth*), na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

O Marco Global é uma estratégia abrangente destinada a conter e reverter a perda da biodiversidade, assim como promover sua conservação. Para isso, foram estabelecidos quatro objetivos para 2050 e 23 metas globais a serem implementadas até 2030. Para as empresas, a Meta 15 se tornou de particular interesse, uma vez que estabelece diretrizes para que o setor reduza progressivamente seus impactos negativos sobre a biodiversidade, aumentem seus impactos positivos, reduzam seus riscos relacionados à biodiversidade e promovam ações que garantam padrões de produção sustentáveis.

1 WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2024**. 19. ed. 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2023/digest/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

2 No contexto das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, os temas são definidos como material com base em duas abordagens distintas: a) materialidade financeira, em que são considerados “materiais” os tópicos sobre os quais a omissão, a distorção ou a ocultação de informações podem influenciar as decisões dos usuários primários dos relatórios (e.g., investidores) e se tornam (Adaptado de IFRS-S1, p. 8); e b) materialidade de impacto. Assim, o tópico é material para a organização se gera impactos significativos sobre a economia, o meio ambiente e as pessoas, incluindo os impactos sobre seus direitos humanos (Adaptado de *GRI 3: Material Topics 2021*). A dupla materialidade surge da união das duas abordagens.

3 CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Decision adopted by the conference of the parties to the convention on biological diversity**. (CBD/COP/DEC/15/4). 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

A Meta 15 prevê que as empresas:

- a) Monitorem, avaliem e divulguem de forma transparente os seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade, incluindo requisitos para todas as empresas e instituições financeiras de grande dimensão e transnacionais ao longo das suas operações, cadeias de abastecimento e de valor e carteiras;
- b) Forneçam as informações necessárias aos consumidores para promover padrões de consumo sustentáveis;
- c) Comuniquem o cumprimento dos regulamentos e medidas de acesso e repartição de benefícios, conforme aplicável

A importância do tema, no contexto da indústria, se deve majoritariamente a cinco motivos^{4,5,6}:

- Relação com partes interessadas e risco reputacional
- Acesso ao capital sustentável
- Riscos de transição normativos e tecnológicos
- Pressão na cadeia de valor
- Dependências na cadeia de suprimentos

Os riscos de transição normativos e tecnológicos estão relacionados à necessidade de as empresas relatarem impactos, dependências e riscos à biodiversidade em conformidade com diretrizes de países e blocos econômicos. Essa questão tem se tornado relevante devido à sinalização de países para tornar esse relato em relação à natureza obrigatório (por exemplo, França e Reino Unido⁷).

Mas como isso se traduz em risco financeiro para as empresas? Para exemplificar, o estudo do *World Bank Group*⁸ estimou a exposição de bancos brasileiros a riscos físicos (serviços ecossistêmicos) e de transição (atividade em áreas sensíveis e controversias). Baseado na ferramenta ENCORE (*Exploring Natural Capital Opportunities, Risks and Exposure*)⁹, o estudo evidenciou que quase 50% dos créditos fornecidos (portfólio) eram para negócios com dependência alta e muito alta em um ou mais serviços ecossistêmicos, que 15% do portfólio

4 UN ENVIRONMENT PROGRAMME WORLD CONSERVATION MONITORING CENTRE - UNEP-WCMC. **Biodiversity measures for business: corporate biodiversity measurement and disclosure within the current and future global policy context.** Cambridge, 2020. Disponível em: https://www2.unep-wcmc.org/system/comfy/cms/files/files/000/001/845/original/aligning_measures_corporate_reporting_disclosure_dec2020.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

5 CLIMATE DISCLOSURE STANDARDS BOARD - CDSB. **Application guidance for biodiversity-related disclosures.** nov. 2021. Disponível em: [cdsb.net/biodiversity](https://www.cdsb.net/biodiversity). Acesso em: 02 ago. 2024.

6 BUSINESS FOR NATURE – BFN. **Recommendations for governments on the implementation of Target 15(a) of the Global Biodiversity Framework.** 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.businessfornature.org/news/target15-recommendations>. Acesso em: 02 ago. 2024.

7 ERM SUSTAINABILITY INSTITUTE. **2024 annual trends report: the next steps for sustainable business.** jan. 2024. Disponível em: <https://www.erm.com/events/erm-apac-webinar-2024-annual-trends-report-the-next-steps-for-sustainable-business/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

8 CALICE, Pietro; DIAZ KALAN, Federico; MIGUEL, Faruk. **Nature-related financial risks in Brazil.** 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/105041629893776228/pdf/Nature-Related-Financial-Risks-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

9 NATURAL CAPITAL FINANCE ALLIANCE. **ENCORE: exploring natural capital opportunities, risks and exposure.** 2024. Disponível em: <https://www.encorenature.org/en>. Acesso em: 02 ago. 2024.

potencialmente opera em áreas protegidas e que 7% do portfólio estava destinado a empresas reconhecidamente envolvidas em controvérsias ambientais. Os dados evidenciam que **a gestão da biodiversidade nos negócios é essencial para prevenção de riscos e identificação de oportunidades.**

No Brasil, essas considerações tornam-se ainda mais importantes por diferentes fatores. Primeiro, o país detém uma das maiores biodiversidades do mundo e que vem sendo alvo de leis como a Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e a Lei nº 13.123/2015 (Acesso e Repartição de Benefícios), visando a conservação e a regulação desse recurso natural. Segundo, devido à nacionalização das metas do GBF no Brasil e à atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), que traduzem a Meta 15 para direcionar, no nível nacional, empresas a relatarem impactos, dependências e riscos à biodiversidade.

Dessa forma, é fundamental estabelecer orientações e meios para auxiliar a indústria brasileira a reportar suas dependências, impactos e riscos à biodiversidade. O presente estudo apresenta um mapeamento sobre os meios de implementação da Meta 15 do Marco Global de Biodiversidade no Brasil, assim como recomendações, tendo em vista a importância da inserção das indústrias brasileiras neste tema.

1.1 OBJETIVOS

- Mapear regulamentações de países signatários da CDB relacionadas a relatórios de sustentabilidade, que incluem ou não a biodiversidade na análise.
- Identificar a legislação nacional e os respectivos instrumentos já existentes que podem ser utilizados pelos setores empresarial e financeiro na divulgação ("*disclosure*", em inglês) de riscos, dependências e impactos à biodiversidade.
- Identificar ferramentas para a gestão da biodiversidade nas operações de negócios, incluindo o monitoramento de riscos, dependências e impactos.
- Recomendar melhores estratégias para a indústria brasileira na implementação da meta 15, considerando-se metodologias existentes e experiências.



SDG



Green Solutions



Car Neutral

Net Carbon

SG

ES

SDG

to G

%



2 METODOLOGIA

2.1 DEFINIÇÕES

Neste trabalho, as seguintes definições foram utilizadas:

Biodiversidade: A variabilidade entre os organismos vivos incluindo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas.¹⁰

Capital natural: O conjunto de recursos naturais renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas.¹¹

Natureza: O mundo natural, com ênfase na diversidade dos organismos vivos (incluindo as pessoas) e suas interações entre si e com o seu ambiente.¹²

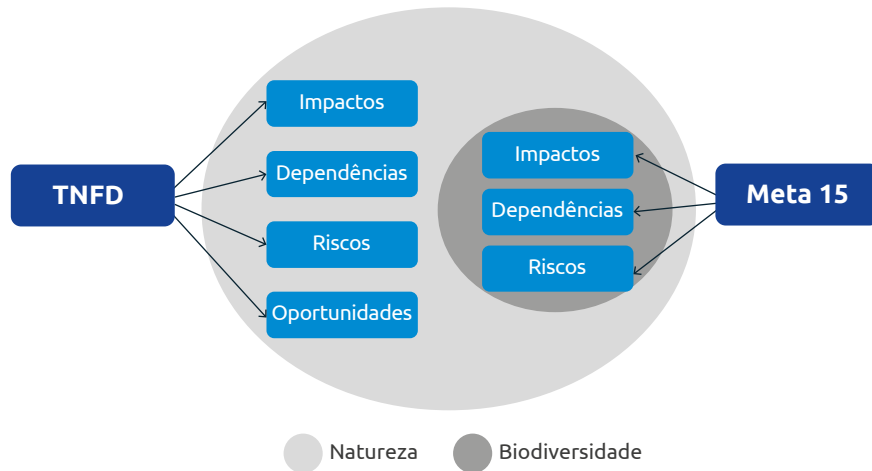
Dessa forma, **a natureza engloba a biodiversidade, assim como o capital natural (Figura 1)**. Apesar da Força-Tarefa para divulgação financeira relacionada à natureza (*Taskforce for Nature-related Financial Disclosures* – TNFD) ser a principal ferramenta elencada para o cumprimento da Meta 15, visto sua abordagem ampla e orientações para relato, é importante notar que a TNFD se refere à natureza, enquanto **a Meta 15 aborda apenas a biodiversidade**.

10 CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Article 2**. 11 fev. 2006. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/articles/default.shtml?a=cbd-02>. Acesso em: 10 abr. 2024.

11 CAPITALS COALITION. **Natural Capital Protocol, traduzido do glossário do TNFD**: taskforce for nature-related financial disclosures. 2016. Disponível em: https://capitalscoalition.org/capitals-approach/natural-capital-protocol/?fwp_filter_tabs=guide_supplement. Acesso em: 10 abr. 2024.

12 DÍAZ *et al.* **The IPBES conceptual framework: connecting nature**. 2015. Disponível em: <https://tnfd.global/publication/glossary/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FIGURA 1 – Relação da natureza e da biodiversidade com a Força-Tarefa para divulgação financeira relacionada à natureza (TNFD) e com a Meta 15 do Marco Global de Biodiversidade



Nota: a) A figura apresenta diferença entre os elementos considerados na TNFD (impacto, dependências, riscos e oportunidades) e os elementos elencados para mensuração na meta 15 (impacto, dependências e riscos).

Frequentemente, outro termo que aparece relacionado à Meta 15 e ao Marco Global é “*nature positive*”. Apesar de as definições deste conceito serem compatíveis com o objetivo de conter e reverter a perda da biodiversidade, o termo não foi aplicado no texto do Marco Global¹³. Logo, “*nature positive*” não foi utilizado neste documento.

2.2 ABORDAGENS

A depender do objetivo específico, foram desenvolvidas diferentes abordagens para o mapeamento. A Tabela 1 sumariza as abordagens utilizadas para cada objetivo.

TABELA 1 – Resumo das abordagens utilizadas para cada objetivo deste estudo

Objetivo específico	Abordagens utilizadas
A. Mapeamento de regulamentações dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica	a) Análise das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) b) Questionários sobre os pontos focais dos países da CDB
B. Levantamento de instrumentos já existentes na legislação nacional	c) Buscas com palavras-chave
C. Identificação de metodologias para gestão da biodiversidade	d) Relatórios ESG e) Revisão de <i>frameworks</i> de metodologia utilizados mundialmente
D. Recomendações para a implementação da meta 15 no Brasil	f) Sumários dos resultados encontrados

13 POLLINATION. *Nature positive strategy o practical guidance for corporates*. 2023. Disponível em: <https://pollinationgroup.com/global-perspectives/nature-positive-strategy-practical-guidance-for-corporates/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

2.2.1 ANÁLISE DAS EPANBS (ABORDAGEM A)

Análise qualitativa das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) dos países (**Figura 2**) que os disponibilizaram no site da CDB após a publicação do GBF.

FIGURA 2 – Mapa destacando os países selecionados para análise das Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) e identificação dos instrumentos de implementação da Meta 15.



2.2.2 BUSCAS COM PALAVRAS-CHAVE (ABORDAGEM C)

Foram buscadas palavras-chaves relevantes para cada tema em portais de legislação e sites relacionados. Os resultados foram avaliados quanto à sua relevância em termos de impactos, dependências e riscos relacionados à biodiversidade.

2.2.3 LEVANTAMENTO DE RELATÓRIOS ESG (ABORDAGEM D)

Coleta de dados referentes à declaração de impactos, riscos e dependências relativos à biodiversidade diretamente de relatórios de ESG¹⁴ ou similares, publicados e disponibilizados nas páginas das empresas listadas na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão)¹⁵, assim como empresas brasileiras que adquiriram nota A ou A- na última avaliação do *Carbon Disclosure Project* (CDP)¹⁶.

Foram considerados os relatórios tornados públicos até 07 de maio de 2024. Apesar da Meta 15 não tratar de oportunidades, diversas metodologias e *frameworks* tratam. Portanto, oportunidades em relação à biodiversidade também foram consideradas.

Na avaliação dos relatórios de sustentabilidade/ESG, foram considerados se os impactos, dependências, riscos e oportunidades à biodiversidade:

- Foram explicitamente relatados nos relatórios de sustentabilidade/ESG ou nos sites das empresas (desde que citados ou direcionados a partir dos relatórios);
- No caso dos impactos, foram relatados como positivos ou negativos. Empresas que relatam somente impactos positivos e/ou explicitamente declaram que não geram impactos negativos foram desconsideradas. Da mesma forma, foram desconsideradas empresas quando declaram que “monitoram os impactos” sem especificar quais. Todos esses casos são considerados desvios conforme orientados no tópico GRI *Biodiversity* 2016 304-2.
- Dependências, riscos e oportunidades foram considerados quando explicitamente relatados em relação à biodiversidade. Casos em que apenas o número de áreas sujeitas a riscos é declarado (sem especificá-los) também foram desconsiderados.

Complementarmente, as empresas que declaram metas em relação à biodiversidade alinhadas com a ciência foram mapeadas. Para esse fim, apenas metas e objetivos relacionados com a biodiversidade e listados nos relatórios com um horizonte temporal e quantitativo foram considerados (e.g., 80% até o ano 2025; 1,1% de aumento por ano), conforme recomendado^{17, 18, 19}. Casos desconsiderados englobam compromissos com o rastreamento da cadeia de algum produto, sem se referir à biodiversidade. O rastreio relacionado com insumos provenientes

14 Sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance* e se refere a padrões e boas práticas que visam definir se uma empresa é corretamente gerenciada e ambiental e socialmente consciente

15 Consulta no dia 08/02/2024 ao site https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm

16 Consulta ao site <https://www.cdp.net/en/companies/companies-scores> no dia 20/02/2024. Apenas empresas A e A- no questionário de Mudanças Climáticas.

17 CLIMATE DISCLOSURE STANDARDS BOARD - CDSB. **Application guidance for biodiversity-related disclosures**. nov. 2021. Disponível em: cdsb.net/biodiversity. Acesso em: 23 fev. 2024.

18 TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES - TNFD. 2023. **Recommendations of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosures**. set. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/publication/recommendations-of-the-taskforce-on-nature-related-financial-disclosures/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

19 SCIENCE BASED TARGETS FOR NATURE - SBTN. **Initial Guidance For Business**. Disponível em: <https://sciencebasedtargetsnetwork.org/wp-content/uploads/2020/09/SBTN-initial-guidance-for-business.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

de áreas livres do desmatamento foi considerado. Também foi observado se as empresas declaram biodiversidade como tema material.

2.2.4 REVISÃO DOS *FRAMEWORKS* E FERRAMENTAS UTILIZADOS MUNDIALMENTE (ABORDAGEM E)

Os *frameworks*, metodologias e ferramentas utilizados por empresas no contexto global atual foram selecionados e avaliados quanto a (i) importância para a indústria brasileira, (ii) alinhamento com a Meta 15 e outros *frameworks* e (iii) identificação e quantificação de dependências, impactos e riscos em relação à biodiversidade.

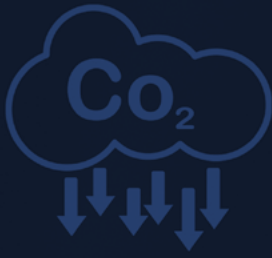
Enquanto os componentes (i) e (ii) foram avaliados com base na revisão dos documentos disponibilizados pelas metodologias, os critérios utilizados em (iii) foram:

Identificação: quando os *frameworks*, metodologias e ferramentas auxiliam na identificação e/ou exemplificam prováveis dependências, impactos, riscos e oportunidades para os negócios, por setor ou não, tanto por metodologia própria quanto por metodologia de terceiros (desde que não seja uma mera reprodução de outra iniciativa). *Frameworks* que possuem documentação sinalizando que fornecerão meios para identificação no futuro (e.g., *Science Based Targets Network* - SBTN e *Global Reporting Initiative* - GRI) foram considerados.

Quantificação: quando os *frameworks*, metodologias e ferramentas fornecem métodos para quantificar e/ou valorar dependências, impactos, riscos e oportunidades para os negócios, por metodologia própria ou por metodologia de terceiros (desde que demonstre o passo a passo). **A quantificação pode ser referente a uma métrica** (e.g., impacto) **ou à valoração monetária** (geralmente representando risco ou oportunidade). *Frameworks* que possuem documentação sinalizando que fornecerão meios para quantificação no futuro (e.g., *Science Based Targets Network* - SBTN) foram considerados.

Além disso, foi realizada uma análise da extensão da documentação do conteúdo de cada *framework* e metodologia. Isso envolveu a avaliação da disponibilidade *online* de documentos com orientações e exemplos em um contexto comparativo (ou seja, a avaliação foi relativa e não absoluta) seguindo a classificação explicada a seguir:

- Baixo – *Frameworks* e metodologias que requerem ou clamam por avaliações de dependências, impactos, riscos e oportunidades, sem especificação de métodos ou exemplos.
- Médio e Médio-Alto – Categorias intermediárias para diferenciar *frameworks* e metodologias de escopo similar que apresentavam uma documentação mais completa e robusta.
- Alto – *Frameworks* e metodologias com documentação de fácil acesso e suficientemente disponível (métodos, exemplos e outros).



3 RESULTADOS DO MAPEAMENTO

3.1 MAPEAMENTO DE REGULAMENTAÇÕES DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CDB

As Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs), chamadas, em inglês, de *National Biodiversity Strategy and Action Plans* (NBSAPs), são um instrumento de gestão e monitoramento das ações nacionais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Trata-se de instrumentos que os países utilizam para atender às disposições da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em especial quanto à necessidade de desenvolver estratégias, planos de ação e programas e de integrar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em suas políticas nacionais.

Considerando que as EPANBs contemplam tanto as articulações nacionais quanto seus resultados referentes à implementação da CDB, estruturada pelo Marco Global da Biodiversidade – que contempla a Meta 15 –, entendemos que as EPANBs podem oferecer elementos relevantes para a compreensão do estado atual de implementação das políticas da Meta 15 nos países.

Por esta razão, analisou-se qualitativamente as EPANBs disponibilizadas no site²⁰ oficial da CDB posteriormente à publicação do Marco Global da Biodiversidade 2030, a fim de identificar as possíveis regulamentações e políticas dos países a esse respeito. Os países que publicaram EPANBs posteriormente à data de lançamento da Global Biodiversity Framework são: Irlanda, China, França, União Europeia, Luxemburgo, Hungria, Japão, Espanha, Uganda e Áustria.

Abaixo, indicamos as ações e iniciativas dos países acima encontradas nas EPANBs avaliadas. Elas foram classificadas em:

1. Guias e orientações
2. Normas e regulamentações voltadas à transparência das empresas
3. Incentivos e reconhecimento de boas práticas empresariais

20 NATIONAL BIODIVERSITY STRATEGIES AND ACTION PLANS – NBSAPs. **Whats new?** 2024. Disponível em: <https://www.cbd.int/nbsap>. Acesso em: 23 fev. 2024.

A primeira categoria, “Guias e orientações”, refere-se às ações do governo no sentido de *orientar* a divulgação de riscos, impactos e dependências relativos à biodiversidade. A categoria “normas e regulamentações voltadas à transparência das empresas” diz respeito ao compromisso com o estabelecimento de *obrigações* para que as empresas divulguem seus riscos, impactos e dependências. Por último, a categoria “incentivos e reconhecimento de boas práticas empresariais” se relaciona às medidas de financiamento e apoio às empresas que realizarem a divulgação de riscos, impactos e dependências relativos à biodiversidade.

TABELA 2 – Ações e iniciativas dos países encontradas nas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANBs) avaliadas

PAÍS	AÇÕES E INICIATIVAS	CLASSIFICAÇÃO
Irlanda	A Irlanda estabeleceu a <i>Business for Biodiversity Ireland</i> , uma iniciativa nacional criada para guiar as empresas irlandesas a fim de incentivar a avaliação de seus impactos e dependências da natureza. A proposta da plataforma é apoiar as empresas no desenvolvimento de políticas para um futuro “ <i>nature positive</i> ”, financiando ações para a restauração. Há metas para a quantidade de empresas envolvidas nesta iniciativa, além da percentagem destas que avaliará impactos e dependências da biodiversidade.	Guias e orientações; Incentivos e reconhecimento
China*	O país estabeleceu a meta de incentivar as empresas e organizações sociais a formularem voluntariamente planos de ação para a proteção da biodiversidade, por meio de sensibilização. Ainda, haverá a criação de um mecanismo para supervisão destes planos e programas.	Guias e orientações
China*	Entre as ações prioritárias do país quanto à biodiversidade está a inclusão de dados de biodiversidade na divulgação de informações ambientais das empresas, bem como nos relatórios de sustentabilidade.	Normas e regulamentações
China*	O país estabeleceu a meta de criar um mecanismo para proteção e utilização sustentável da biodiversidade pelas empresas, que incluirá monitoramento, avaliação e divulgação de riscos, dependência e impactos de empresas em indústrias-chave na biodiversidade.	Guias e orientações
China*	O país selecionará também empresas de setores-chave para identificar, avaliar e divulgar regularmente seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade. A China pretende ainda estabelecer um processo de elaboração de relatórios para divulgação da biodiversidade pelas empresas.	Guias e orientações
França	O país estabeleceu o objetivo de apoiar as empresas na implementação e cumprimento das suas obrigações de divulgação relativa a impactos e dependência da biodiversidade, em especial empresas de menor porte, que não estão sujeitas a estas obrigações.	Guias e orientações; Incentivos e reconhecimento
França	O país estabeleceu a meta de criar uma plataforma de dados publicados diretamente pelas empresas e instituições financeiras sobre os seus riscos, impactos e dependências em relação à biodiversidade através de regras harmonizadas de apresentação de relatórios.	Guias e orientações; Incentivos e reconhecimento
França	A França estabelecerá regulamentação sobre relatórios ambientais das empresas com o objetivo de ter maior transparência, inclusive a respeito da biodiversidade. O país pretende ainda uniformizar os requisitos de informação entre as diferentes normas.	Normas e regulamentações
Espanha	O país incentivará o diálogo com o setor privado por meio das ferramentas existentes, fomentando as boas práticas empresariais, em particular na governança empresarial sustentável, diligência devida para cadeias de valor e elaboração de relatórios de informação financeira e não financeira.	Incentivos e reconhecimento

PAÍS	AÇÕES E INICIATIVAS	CLASSIFICAÇÃO
Espanha	O país desenvolverá um marco regulatório para facilitar os investimentos sustentáveis, a fim de potencializar o reconhecimento das melhores práticas empresariais em relação à biodiversidade.	Incentivos e reconhecimento
Japão	O país se comprometeu a incentivar as empresas a avaliar quantitativamente sua dependência e impacto na biodiversidade, definir metas a partir de bases científicas e divulgar informações. Comprometeu-se também a apoiar a divulgação, a avaliação e a definição de metas quantitativas com base nas tendências das iniciativas internacionais, como o TNFD.	Incentivos e reconhecimento
Japão	O país se comprometeu a formar parcerias com iniciativas já existentes para criar e divulgar diretrizes de incentivo às empresas no sentido de incorporar considerações de biodiversidade na sua gestão, definir metas e divulgar informações.	Guias e orientações; Incentivos e reconhecimento
União Europeia	O bloco econômico se comprometeu a revisar as obrigações de relato das empresas, com vistas a melhorar a qualidade e o âmbito das divulgações não financeiras, inclusive em aspectos ambientais como a biodiversidade.	Normas e regulamentações

Nas EPANBs de Luxemburgo, Uganda e Áustria, não foram encontradas iniciativas que contemplassem ações referentes a riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade.

3.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL E INSTRUMENTOS EXISTENTES QUE PODEM SER UTILIZADOS PELOS SETORES EMPRESARIAL E FINANCEIRO NA DIVULGAÇÃO (“DISCLOSURE”, EM INGLÊS) DE RISCOS, DEPENDÊNCIAS E IMPACTOS SOBRE A BIODIVERSIDADE.

O Brasil possui um longo histórico de leis e resoluções destinados a regular o uso e conservar os recursos naturais, bem como proteger a natureza e a biodiversidade. No entanto, não há legislação específica visando estabelecer mecanismos para que diferentes setores divulguem seus riscos, dependências e impactos na biodiversidade. Por outro lado, existem resoluções e instrumentos de órgãos e autarquias específicos que visam estabelecer diretrizes com relação a esse assunto.

Nos últimos anos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) estabeleceram instrumentos publicados através de resoluções visando impulsionar e direcionar as práticas de avaliação de riscos, dependências e impactos sobre a natureza e, por extensão, sobre a biodiversidade, direcionados a diferentes segmentos empresariais. Ao longo do tempo, estas resoluções passaram por diferentes revisões e foram complementadas por outros dispositivos, conforme ressaltado na Tabela 3.

Apesar da maioria se direcionar ao setor financeiro, são de importante destaque e relevância para a Biodiversidade na indústria as Resoluções 4557, de 2017 e 4945, de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional:

Resolução CMN 4557/2017: Trata da estrutura de gerenciamento de riscos das operações, a estrutura de gerenciamento de capital e, conforme alterado pela Resolução 4745/2019, a política de divulgação de informações. Entre os destaques desta resolução incluem-se as definições de diferentes riscos das operações das empresas, incluindo riscos naturais exemplificados por riscos ambientais e climáticos, incluídos na Seção 8 desta resolução através da Resolução 4943/2021. Neste caso, a biodiversidade é citada como parte integrante do risco ambiental e deve ser considerada pelas empresas em suas operações.

Resolução CMN 4945/2021: Institui a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA), a qual representa uma abordagem estratégica adotada por empresas e organizações para integrar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis em suas operações. No contexto de biodiversidade, essa resolução determina a necessidade de empresas tomarem iniciativas para melhorar a gestão responsável da terra e dos recursos hídricos, bem como a preservação de habitats naturais para posterior conservação da biodiversidade.

A tabela 3 apresenta o resumo das regulamentações brasileiras relacionadas ao elemento “a” da Meta 15.

TABELA 3 – Resumo das regulamentações brasileiras relacionadas à Meta 15

Autorarquia	Resolução	Data	Categoria	Assunto	Público-alvo	Norma que alterou ou complementou	Norma alterada ou complementada
BCB	151/2021	06/10/2021	Gerenciamento de Riscos e PRSAC	Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que tratam a Resolução no 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN no 4.945, de 15 de setembro de 2021.	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3) ou no Segmento 4 (S4)	4557/2017, 4945/2021	353/2023
BCB	139/2021	15/09/2021		Dispõe sobre a divulgação do Relatório de riscos		-	306/2023
BCB	306/2023	23/03/2023				139/2021	-
BCB	353/2023	23/11/2023				151/2021	-

Autarquia	Resolução	Data	Categoria	Assunto	Público-alvo	Norma que alterou ou complementou	Norma alterada ou complementada
BCB	265/2022	25/11/2022		Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações de conglomerado prudencial classificado como Tipo 3 enquadrado no Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3) ou Segmento 4 (S4).	conglomerado prudencial classificado como Tipo 3 enquadrado no Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3) ou Segmento 4 (S4)	-	-
BCB	331/2023	27/06/2023		Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) a ser estabelecida por conglomerado prudencial classificado como Tipo 3 e sobre as ações com vistas à sua efetividade.	A instituição líder de conglomerado prudencial classificado como Tipo 3 e enquadrado no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3), no Segmento 4 (S4) ou no Segmento 5 (S5)	-	-
CMN	4557/2017	23/02/2017	Gerenciamento de Riscos	Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3) ou no Segmento 4 (S4)	-	4745/2019, 4943/2021, 4926/2021
CMN	4945/2021	15/09/2021	PRSAC	Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade.	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3) ou no Segmento 4 (S4)	-	-
CMN	4943/2021	15/09/2021				4.557/2017	-

Autarquia	Resolução	Data	Categoria	Assunto	Público-alvo	Norma que alterou ou complementou	Norma alterada ou complementada
CMN	4745/2019	29/08/2019		Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3) ou no Segmento 4 (S4)	4.557/2017	-
CMN	4926/2021	24/06/2021				4557/2017	-

3.3 IDENTIFICAÇÃO DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA A GESTÃO RESPONSÁVEL DA BIODIVERSIDADE NAS OPERAÇÕES DE NEGÓCIOS, INCLUINDO O MONITORAMENTO DE RISCOS, DEPENDÊNCIAS E IMPACTOS

3.3.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Os *frameworks*, metodologias e ferramentas úteis para identificar e quantificar impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade foram elencados e mapeados conforme sua utilidade e objetivo (**Quadro 1**). Em conjunto, eles estabelecem uma paisagem estruturada de relato para a Meta 15 (**Figura 3**).

Essa lista não é exaustiva, uma vez que a paisagem de relato está em rápida e constante mudança. Por exemplo, no contexto da biodiversidade, padrões como o ISO/TC 331²¹, ISO 20400²² e algumas certificações, que estão além do escopo deste relatório, também podem ser relevantes no futuro.

21 ISO STANDARDS. **ISO/TC 331**: biodiversity. 2020. Disponível em: <https://www.iso.org/committee/8030847.html>. Acesso em: 02 ago. 2024.

22 BUREAU VERITAS; CDP. **The road to sustainable procurement with ISO 20400**: What, why and How. 2019. Disponível em: <https://kh.aquaenergyexpo.com/wp-content/uploads/2023/01/The-Road-to-Sustainable-Procurement-with-ISO-20400-What-Why-and-How.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

QUADRO 1 – Descrição das principais abordagens (*frameworks*, metodologias e ferramentas) utilizadas para o alinhamento com a Meta 15.

Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Prevista para 2024</p>	<p>Finalidade Auxilia empresas a relatar aos investidores sobre seus riscos materiais relacionados à natureza (incluindo biodiversidade). Estabelece parâmetros para avaliação de impacto, dependências, riscos e oportunidades em relação à natureza a partir da metodologia LEAP (Localizar; Estimar; Avaliar; Preparar).</p> <p>Relação com a Meta 15 Identifica e prioriza impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à natureza ao aplicar a metodologia LEAP (Localizar; Estimar; Avaliar; Preparar). O relato se baseia em 14 divulgações distribuídas em quatro pilares: (i) Governança; (ii) Estratégia; (iii) Gerenciamento de Riscos e Impactos; e (iv) Métricas e Metas. Tanto em suas orientações gerais e específicas para setores quanto em sua metodologia exemplifica possíveis impactos, dependências, riscos e oportunidades, e podem ser relacionadas direta ou indiretamente à biodiversidade. Portanto, é o framework mais adequado para o cumprimento da Meta 15.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas A TNFD pode ser um guia para a mensuração dos objetivos do Marco Global da Biodiversidade (GBF) em nível nacional. Além disso, é focada em riscos e oportunidades, e sua adoção fornece a oportunidade de estruturar a estratégia de negócio em relação à natureza. É um dos <i>frameworks</i> mais alinhados com outras iniciativas, permitindo grande interoperabilidade.</p> <p>Quando utilizar Indústrias que pretendem relatar sua relação com a natureza em geral, contemplando a biodiversidade.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✓</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✓</p>
Global Reporting Initiative (GRI)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Disponível</p>	<p>Finalidade Utilizado para estruturar o relato de diversos componentes de sustentabilidade e financeiros. Auxilia empresas a relatar seus impactos relacionados a tópicos materiais de sustentabilidade, dos quais a biodiversidade pode ser parte.</p> <p>Relação com a Meta 15 As normas GRI constituem um padrão de relato que estrutura diversos aspectos econômicos, sociais e ambientais em tópicos numerados para publicação em relatórios pelas empresas. Em 2016, foi lançado o primeiro padrão de relato para biodiversidade (GRI 304: Biodiversity 2016), que foi atualizado recentemente (GRI 101: Biodiversity 2024). O relato para biodiversidade abrange apenas impactos e dependências. O GRI 304 não auxiliava a identificá-los, apenas a relatá-los, mas o atual GRI 101: Biodiversity 2024 dá orientações sobre como identificá-los, majoritariamente através de outras ferramentas e <i>frameworks</i>.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas O GRI é um padrão de relato que estrutura grande parte dos relatos de sustentabilidade da indústria brasileira. Sua adoção facilita a leitura e a transmissão de informações-chave para investidores e partes interessadas, inclusive sobre a biodiversidade. Em 2024, a GRI anunciou o alinhamento do GRI 101: Biodiversity 2024 com o TNFD, a divulgação de um documento que fornece uma visão geral de como o <i>framework</i> se alinha com o TNFD, bem como a intenção de se alinhar ao máximo com o ISSB.</p> <p>Quando utilizar Indústrias, organizações e instituições financeiras que gostariam de relatar tópicos amplos de sustentabilidade são encorajadas a utilizá-lo.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

Carbon Disclosure Project (CDP)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Médio-Alto</p> <p>Acesso Pago</p> <p>Tradução (português) Questionários disponibilizados</p>	<p>Finalidade Auxilia empresas a relatar aos investidores sobre seus riscos materiais relacionados a aspectos ambientais, incluindo a biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 O CDP é um questionário anual que cria um padrão de relato relacionado a diversos aspectos ambientais. O questionário é utilizado para avaliar empresas, cidades, estados e entidades públicas, e emite uma nota/conceito que fica publicamente disponível. No questionário, a seção de biodiversidade inclui tópicos para relatar sobre: 1) Processos utilizados para identificar, avaliar e gerenciar impactos e dependências da biodiversidade; 2) Locais prioritários para a biodiversidade; 3) Compliance e multas; 4) Visão geral do comitê; 5) Responsabilidades de gerenciamento; 6) Comunicação e relato; 7) Performance em biodiversidade (compromissos, áreas importantes para biodiversidade, planos de ação, impactos e metas). Apesar de estar alinhado com a Meta 15, o CDP não auxilia na identificação ou quantificação de impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas O CDP pode ser um guia para avaliar gargalos de melhoria para gestão climática, florestal e de biodiversidade, assim como segurança hídrica. A pontuação do CDP se faz importante para indústrias brasileiras de capital aberto, uma vez que é critério para fazer parte da carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3. O CDP pretende se alinhar cada vez mais à TNFD, assim como pretende se alinhar com outros frameworks como o ISSB e o CSRD. Para o setor de mineração, o questionário aborda outros aspectos adicionais relacionados à biodiversidade.</p> <p>Quando utilizar Indústrias e organizações podem utilizá-lo para se situarem em relação aos concorrentes nos diferentes tópicos. Por ser anual, o CDP pode facilitar o avanço da agenda de sustentabilidade.</p>
<p>Impactos Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

ESRS Standards (CSRD)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Médio-Alto</p> <p>Acesso Aberto (regulatório)</p> <p>Tradução (português) Disponível (português de Portugal)</p>	<p>Finalidade Regulamentação de sustentabilidade obrigatória para a União Europeia. Como é alinhado a diversos frameworks voluntários, pode facilitar a adoção desses frameworks de maneira voluntária.</p> <p>Relação com a Meta 15 O ESRS é o conjunto de normas e indicadores para relato de informações não-financeiras relacionadas à sustentabilidade a ser utilizado por todas as empresas sujeitas à <i>Corporate Sustainability Reporting Directive</i> (CSRD) da União Europeia. Dividida em 12 tópicos, a ESRS é composta por quatro categorias, sendo uma delas a categoria ambiental, na qual incluem-se aspectos da biodiversidade e ecossistemas, no ESRS-E4. Prevê o relato de impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade por meio de 19 divulgações, sendo 15 obrigatórios e 4 opcionais. Entretanto, não lista maneiras de identificar dependências, impactos e riscos relacionados à biodiversidade.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas Tem previsão para vigorar a partir de 2025 (ano fiscal de 2024) para empresas que já eram sujeitas a compromissos similares na Europa, e se estenderá para pequenas e médias empresas, assim como empresas em países terceiros (incluindo o Brasil), até 2029. Assim, esse padrão de relato tem provocado mudanças no processo de diligência de multinacionais europeias com uma matriz no Brasil, assim como na contratação de fornecedores no Brasil. Também prevê auditoria das informações de fornecedores por terceiros assim como multas. O alinhamento entre TNFD e CSRD é alto e existe um acordo de cooperação entre as duas.</p> <p>Quando utilizar Sugere-se utilizar quando for requerido.</p>
<p>Impactos Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✓</p>	<p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

Science Based Targets Network (SBTN)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Guia disponível</p>	<p>Finalidade Orienta como estabelecer metas relacionadas à natureza. Auxilia empresas a relatar aos investidores seus objetivos e metas em relação com a natureza (incluindo biodiversidade).</p> <p>Relação com a Meta 15 SBTN é um framework para estabelecimento de metas e objetivos relacionadas à natureza, assim como o SBTi para o clima, alinhadas com a ciência, cujo objetivo é auxiliar os negócios a se tornarem "Nature positive". Está dividido em cinco passos: (1) Avaliar, (2) Interpretar e priorizar, (3) Medir, Estabelecer & Divulgar, (4) Agir e (5) Acompanhar. A iniciativa contempla os seguintes domínios da natureza: Água doce, Terrestre, Oceano, Clima (conforme SBTi) e Biodiversidade. O processo de definição de metas será verificado por terceiros. O SBTN é alinhado com a Meta 15, e auxilia na identificação e quantificação de impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade, apesar de não ter sua metodologia completamente finalizada.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas É um dos poucos frameworks que orientam sobre como definir métricas e metas relacionadas à natureza (e que tenham conformidade científica) no contexto de negócio. Informações sobre métricas e metas são requeridas por alguns frameworks e iniciativas (por exemplo, TNFD e CDP). A TNFD recomenda a adoção do SBTN para responder a duas declarações (Estratégia B e Métricas e Metas C) e para auxiliar uma das etapas do LEAP (etapa P2) e pelo menos oito resultados em comum produzidos devem ser aderentes à TNFD ou ao SBTN.</p> <p>Quando utilizar Ao definir metas relacionadas à natureza. É indicado que o SBTN seja utilizado em um segundo momento em conjunto com outro framework para relato, especialmente a TNFD, já que ainda está em desenvolvimento.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✓</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✓</p>

International Sustainability Standards Board (ISSB)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Médio</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Responsabilidade do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos sobre Sustentabilidade</p>	<p>Finalidade Orienta as organizações na divulgação de informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade (em aspectos como fluxo de caixa, acesso a financiamento e custo de capital).</p> <p>Relação com a Meta 15 O ISSB é o conselho da <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) <i>Foundation</i> que desenvolve padrões globais de divulgação relacionados à sustentabilidade. Em 2023, o ISSB emitiu suas duas primeiras normas: IFRS-S1, com requisitos gerais de divulgação e IFRS-S2, com foco em clima. Como resultado da tendência de alinhamentos entre metodologias, ambas as normas já incluem as recomendações da Taskforce for Climate-related Financial Disclosures (TCFD). O IFRS-S2 cita a biodiversidade quando trata de impactos e riscos, mas não os lista ou auxilia os setores a estimá-los. A IFRS deve publicar norma dedicada à biodiversidade, ecossistemas e serviços ecossistêmicos, mas ainda sem alinhamento com a Meta 15.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas Segundo a Resolução CVM 193, a partir de 2026, empresas de capital aberto brasileiras terão que seguir os padrões ISSB. No contexto global, jurisdições que totalizam 55% do PIB mundial já sinalizaram sua adoção. Recentemente, o Conselho anunciou que utilizará a TNFD como referência nos próximos desenvolvimentos. No entanto, é esperado que a abordagem do ISSB seja diferente, uma vez a TNFD aplica a dupla materialidade e o ISSB apenas a materialidade financeira. O ISSB também está em processo de alinhamento com o GRI.</p> <p>Quando utilizar O ISSB tem a missão de padronizar e tornar verificável as informações relacionadas à sustentabilidade. Este framework pode ser visto como mais geral e compreensivo para organizações que pretendem relatar suas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Por ora, não é recomendada a sua adoção visando apenas a Meta 15.</p>
<p>Impactos Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

Sustainability Accounting Standards Board (SASB)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Médio</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Atualmente parte da IFRS Foundation, o SASB auxilia empresas de 77 setores a relatar aos investidores seus riscos e oportunidades em 5 dimensões: meio ambiente, capital humano, capital social, modelo de negócios e inovação, e liderança e governança.</p> <p>Relação com a Meta 15 Os padrões SASB identificam os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade mais relevantes para a tomada de decisão dos investidores em 77 setores. Em específico, 20 dos 77 setores possuem orientações que se relacionam com a biodiversidade, mas não indicam como quantificá-los. Os códigos das métricas estão relacionados, principalmente, a: 1) Políticas e práticas de gerenciamento de operações, 2) Processos de avaliação e gerenciamento de riscos e oportunidades; e 3) Métricas quantitativas. Nesse sentido, o SASB apoia o cumprimento da Meta 15, auxiliando na identificação de impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade para alguns setores, mas não de maneira sistemática e nem em sua quantificação.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas O SASB é importante no contexto da aplicação dos padrões do ISSB. Diversas de suas métricas de biodiversidade foram reutilizadas e readaptadas pela TNFD e outros frameworks.</p> <p>Quando utilizar Quando for parte de um dos 77 setores e não estiver fazendo o relato de sustentabilidade por outros frameworks, uma vez que é um framework mais simples. Entretanto, como está sendo retrabalhado em conjunto com o ISSB, e seu conteúdo de biodiversidade é limitado, não é indicado como a primeira escolha para o relato em relação à Meta 15.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✗</p>

Climate Disclosure Standards Board (CDSB)	
<p>Função Relato</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Atualmente parte da IFRS Foundation (mas descontinuado), auxilia empresas a relatar aos investidores sua agenda de sustentabilidade (social e ambiental, incluindo biodiversidade)</p> <p>Relação com a Meta 15 É um framework para relato sobre sustentabilidade, incluindo questões sociais, ambientais, e sobre o clima. Um de seus documentos, o “<i>Biodiversity Application Guidance</i>”, é um documento suplementar para auxiliar empresas a reportar informações sobre impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade em seis passos (REQ-01 a REQ-06). Não fornece metodologia própria para identificar e quantificar dependências, impactos e riscos à biodiversidade, limitando-se a citar outras metodologias que o fazem, mas fornece exemplos do que reportar e orientações (Tabelas 1, 2 e 3). Em janeiro de 2022, o CDSB foi integrado à IFRS Foundation.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas Apesar de estar sendo retrabalhado em conjunto com o ISSB, este pode ser um dos frameworks de maior abrangência e importância para biodiversidade, em conjunto com a TNFD. O CDSB fornece um mapeamento de quais etapas do seu guia de biodiversidade se relacionam com etapas de outros frameworks de relato internacional relacionados à biodiversidade.</p> <p>Quando utilizar Apesar de ser útil para entender a biodiversidade como tema material e sobre como relatar impactos, dependências, riscos e oportunidades, como priorizar aspectos da biodiversidade, e outros, está sendo integrado ao ISSB. Portanto, é indicado para indústrias que pretendem adotar este padrão.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✗</p>

Natural Capital Protocol (NCC)	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Médio-Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Auxilia na identificação, mensuração e valoração de impactos e dependências do capital natural, no qual pode se incluir a biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 O protocolo auxilia a identificar, mensurar e valorar o capital natural, do qual a biodiversidade pode fazer parte (geralmente como base para a provisão de serviços ecossistêmicos e recursos). É direcionado à gestão e à tomada de decisões internas. Não é uma maneira formal de relato e não requer o relato ou divulgação pública. Ao invés disso, o protocolo é focado em aprimorar os mecanismos de decisão interna dos negócios em relação ao capital natural, ficando o relato público a critério dos interessados. Dividido em nove etapas, desde “Preparar para começar”, passando por “Determinar impactos e/ou dependências” e terminando em “Tome ações”, é bastante focado em valoração, mas discute e orienta os negócios sobre impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade. Além disso, auxilia na identificação e quantificação (valoração) de impactos, dependências, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade, ainda que não seja completamente alinhado à Meta 15 por não requerer relato.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas O NCC disponibiliza guia para setores, sendo um framework de gestão alinhado à TNFD. A fase ‘Estimar’ da TNFD foi desenvolvida com base na fase ‘Mensurar e Valorar’ do <i>Natural Capital Protocol</i>, e há, inclusive, uma publicação que orienta como relacioná-los. Empresas pioneiras na adoção da TNFD utilizam o <i>Natural Capital Protocol</i> em paralelo, como parte do Capitals Coalition, que avalia os capitais Natural, Social e Humano.</p> <p>Quando utilizar Quando a organização estiver interessada em estimar seu impacto no capital natural para gerenciamento interno.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✓</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✓</p>

Life KEY	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Médio</p> <p>Acesso Pago</p> <p>Tradução (português) Disponível</p>	<p>Finalidade Integra informações ambientais, incluindo informações referentes à biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 Metodologia disponibilizada em formato de software que possui cinco categorias para a empresa calcular seu impacto negativo (DMB) e positivo (DPB) sobre a natureza: 1) Emissão de CO₂; 2) Uso do solo; 3) Uso de energia; 4) Resíduos e 5) Água. Dentro da categoria Uso do solo, por exemplo, por meio do indicador Mean Species Abundance (MSA) – um indicador de integridade de ecossistema –, a empresa pode calcular seu impacto negativo na biodiversidade. Esse impacto é padronizado por setor numa escala de 0 a 1000, onde 0 representa o menor e 1000 representa o maior impacto relatado por empresas do mesmo setor. Nesse sentido, pode ser útil para quantificar impactos e dependências da biodiversidade. Através de um mecanismo de <i>offset</i> entre dados na natureza e ações positivas para a biodiversidade, com posterior geração de créditos de “biodiversidade”, as empresas são ranqueadas por sua pontuação de créditos, divulgada publicamente na página do Instituto Life.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas Metodologia de gestão da biodiversidade que apresenta a vantagem de ser brasileira. O Life KEY é bastante alinhado à TNFD, e pode auxiliar em todas as etapas do LEAP. A comparação de empresas é realizada de forma similar ao <i>Global Biodiversity Score</i> (GBS), desenvolvido pela CDC Biodiversité, mas o benchmark não é disponibilizado publicamente.</p> <p>Quando utilizar Útil para organizações que estão começando a estruturar suas métricas e desempenho ambiental, e que pretendem adotar alguns dos frameworks citados para relato.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

CDC Global Biodiversity Score (GBS)	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Quantifica impactos, dependências e riscos à biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 O Global Biodiversity Score (GBS) é uma metodologia de <i>footprinting</i> desenvolvida pela CDC Biodiversité, em 2020, para avaliar a “pegada de biodiversidade” (<i>footprinting</i>), permitindo que empresas e instituições financeiras meçam seus impactos e dependências em relação à biodiversidade em toda a cadeia de valor. O score permite uma visão geral dividida em quatro figuras de impacto (pegada) de biodiversidade: por ambiente (aquático e terrestre) e por categorias de contabilidade (dinâmico e estático). Está baseado na métrica MSA, assim como a metodologia Life, e em área (km²), gerando uma métrica chamada MSA.km². Esses quatro valores são agregados num índice global chamado <i>Biodiversity Aggregated Score</i>, relatado em partes por bilhão e comparado com <i>benchmarks</i> da indústria e globais, disponíveis publicamente. A metodologia utiliza dados de input-output (especificamente da EXIOBASE), é considerada dependente de LCA e fornece uma métrica MSA.km²/mil euros. A ferramenta auxilia no cumprimento da Meta 15 ao identificar e mensurar possíveis impactos e dependências da biodiversidade.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas Por ser uma metodologia de gestão aberta que mede a pegada de biodiversidade, o CDC GBS é uma solução simples para a indústria brasileira. Apesar de haver limitações na versão aberta, é possível relacioná-la com outros frameworks, como TNFD, CSRD e SBTN. O GBS auxilia em 9 das 14 declarações e em todas as fases do LEAP, com exceção da A2. A comparação de empresas é realizada de forma similar à Life KEY.</p> <p>Quando utilizar Útil para começar a estruturar suas métricas e desempenho ambiental (incluindo biodiversidade) e iniciar a adoção de algum framework de relato.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>

Biodiversity Impact Assessment Framework (BIAF)	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto (mas depende do IBAT, que é pago)</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Identifica e quantifica impactos e oportunidades em relação à biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 A metodologia de “pegada de biodiversidade” (<i>footprinting</i>) utiliza três aspectos da biodiversidade e ecossistemas (extensão, condição e significância) para avaliações prévias de projetos de biodiversidade por empresas, comparando-os com o resultado de um cenário referência/<i>baseline</i>. Assim, gera um score “<i>Nature positive</i>”. Os três aspectos são calculados com base em outras ferramentas, como o WWF Risk Filter e o Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT). Nesse sentido, pode ser utilizado para avaliar impactos e oportunidades relacionados à biodiversidade de projetos a serem executados, em acordo com a Meta 15.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas É uma metodologia focada em gestão e estratégia de biodiversidade. Como depende de outras ferramentas que não necessariamente são abertas, pode incorrer em gastos. Nesse sentido, seu uso é mais secundário e complementar à adoção de frameworks.</p> <p>Quando utilizar Quando a organização estiver interessada em estimar impactos e avaliar a oportunidades geradas pelo projeto de biodiversidade a ser implementado.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✓</p>

Life Cycle Analysis (LCA)	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Depende da base de dados</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Avalia impactos de um produto/serviço desde a extração das matérias-primas até a destinação final. Por ser abrangente, também considera a biodiversidade e serviços ecossistêmicos.</p> <p>Relação com a Meta 15 Essa metodologia permite compreender os impactos de um produto/serviço ao longo de seu ciclo de vida, desde a extração das matérias-primas até a destinação final, seja por meio do descarte (<i>cradle to grave</i>) ou do retorno dos recursos ao processo produtivo (<i>cradle to grave</i>). Discussões recentes de como se aprofundar e dar mais foco para a biodiversidade no LCA têm ocorrido, com exemplos bastante promissores. Para a biodiversidade, pode ser aplicada como MSA (<i>Mean Species Abundance</i>) ou <i>Potentially Disappeared Fraction</i> (PDF) afetado/perdido por área ocupada, produto, recurso utilizado, entre outros. Dessa forma, a metodologia LCA pode ser utilizada para identificar e quantificar impactos, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade, em alinhamento com a Meta 15.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas É indicado para empresas mais maduras em relação à compreensão quanto a seus impactos e cadeia de valor, uma vez que não é uma análise trivial e depende de análises prévias que não necessariamente cobrem seu negócio ou cadeia de produção. A TNFD e o Natural Capital Protocol citam a LCA como metodologia apropriada em diferentes tópicos. Além disso, o CDC GBS e outras metodologias (por exemplo: <i>Biodiversity Impact Metric</i> (BIM), <i>Product Biodiversity Footprint</i> (PBF) e <i>Impact World+</i>) utilizam LCA para fornecer sua análise de impacto.</p> <p>Quando utilizar Quando a organização deseja quantificar impactos e avaliar riscos e oportunidades relacionados a algum produto ou atividade (exemplos: hidroelétricas, plásticos, químicos, uso do solo, etc.).</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✓</p>	<p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✓</p>

ENCORE	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Médio</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Auxilia na identificação de impactos, dependências e riscos à natureza.</p> <p>Relação com a Meta 15 É uma ferramenta composta por dois módulos (dependências e impactos de capital natural e biodiversidade), baseada na classificação dos setores da economia elaborada pela SASB. No primeiro módulo, mapeia os principais impactos e dependências relacionados à natureza, sendo que alguns desses são relacionados direta e indiretamente com a biodiversidade. No segundo módulo, fornece o potencial de reduzir o risco de extinção de espécies (métrica STAR da IUCN) e demonstra o risco de integridade ecológica (métrica MSA) das áreas do portfólio de produção, fornecendo também ações de manejo apropriadas, que podem ser vistas como oportunidades. Assim, auxilia no cumprimento da Meta 15.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas O ENCORE é amplamente recomendado para uma varredura preliminar de impactos e dependências dos negócios em relação à natureza (incluindo biodiversidade) em diferentes metodologias. Para a indústria brasileira, recomenda-se a ferramenta para este mesmo fim. Vale destacar que a ferramenta de avaliação de materialidade da SBTN (<i>SBTN Materiality matrix</i>) foi elaborada com base no ENCORE.</p> <p>Quando utilizar Apesar de desenvolvida para avaliação de risco por instituições financeiras, pode ser útil para entender os negócios de forma qualitativa, seus impactos e dependências em relação à biodiversidade, especialmente ao longo de sua cadeia de valor.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✗</p>	<p>Dependências Identificação ✓ Quantificação ✗</p> <p>Oportunidades Identificação ✓ Quantificação ✗</p>

WWF Risk Suite	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Aberto</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Auxilia na identificação e quantificação de riscos relacionados à biodiversidade.</p> <p>Relação com a Meta 15 A ferramenta agrega diversas fontes de dados georreferenciados para fornecer, por meio da localização do negócio, áreas de maior risco relacionados à natureza, incluindo a biodiversidade (<i>WWF Biodiversity Risk Filter</i>). Para a biodiversidade, as informações sobre risco variam desde áreas prioritárias para conservação até polinização, poluição, espécies invasoras e condição ecossistêmica, além de escrutínio de mídia, política e de preparação. Nesse sentido, a ferramenta auxilia no cumprimento da Meta 15 ao identificar e mensurar possíveis riscos à biodiversidade.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas É uma ferramenta aberta e padronizada, com avaliação de riscos à biodiversidade. É uma solução simples para a indústria brasileira. Entretanto, muitos dos diferentes riscos avaliados têm baixa resolução, portanto, sua aplicação deve ser preliminar. Ambos, <i>WWF Biodiversity Risk Filter</i> e <i>WWF Water Risk Filter</i> são citados como ferramentas úteis para avaliar riscos relacionados à biodiversidade pela TNFD, geralmente no guia para o LEAP e guia de setores. Além disso, dispõe de um documento que mostra como a ferramenta pode ser utilizada em relação ao SBTN e ao TNFD.</p> <p>Quando utilizar Quando uma organização desejar ter uma primeira avaliação quantitativa sobre os riscos relacionados à biodiversidade de maneira comparativa entre suas áreas de negócio.</p>
<p>Impactos Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✗</p>	

Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT)	
<p>Função Gestão</p> <p>Nível de documentação Alto</p> <p>Acesso Pago</p> <p>Tradução (português) Indisponível</p>	<p>Finalidade Fornece informações sobre espécies ameaçadas, áreas protegidas e áreas-chave para conservação da biodiversidade em diversas localidades de um negócio.</p> <p>Relação com a Meta 15 Fornece relatórios automatizados simples ou completos, a depender do pacote a ser contratado. Um relatório completo fornece informações de: número de espécies ameaçadas (IUCN Red List), áreas protegidas e áreas-chave para conservação da biodiversidade em até 10 km de raio. Além disso, fornece valores de <i>Species Threat Abatement and Restoration (STAR)</i>, dividido em STARt e STARr para cada área. Valores altos de STARt indicam que determinada área é importante pois contém um grande número de espécies ameaçadas, enquanto valores altos de STARr indicam que determinada área tem alto potencial para restauração, uma vez que antes de modificada possuía alto STARt. Logo, a ferramenta pode fornecer uma primeira quantificação de riscos e oportunidades em relação à biodiversidade, em alinhamento com a Meta 15. Também pode ser utilizada para identificar impactos e quantificar impactos em caso de empreendimentos de alto uso do solo.</p> <p>Utilidade para a indústria e alinhamento com outras ferramentas É uma ferramenta que gera relatórios automatizados e não requer níveis altos de expertise interna, mas a inscrição é feita em moeda estrangeira. A TNFD sugere o IBAT/STAR como ferramenta de avaliação preliminar, em conjunto, por exemplo, com o ENCORE e o WWF Biodiversity Risk. O BIAF aplica também o IBAT/STAR para mensurar pontuação de “natureza positiva”.</p> <p>Quando utilizar Utilizada para realizar uma avaliação preliminar dos riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade, especialmente de espécies ameaçadas e áreas para restauração. Os valores de STAR podem ser utilizados para orientar, por exemplo, ações de compensação de biodiversidade e definição de metas.</p>
<p>Impactos Identificação ✓ Quantificação ✓</p> <p>Dependências Identificação ✗ Quantificação ✗</p> <p>Riscos Identificação ✗ Quantificação ✓</p> <p>Oportunidades Identificação ✗ Quantificação ✓</p>	

Considerando o Quadro 1, a Figura 3 apresenta uma visão geral da paisagem de relatos e como essas iniciativas se relacionam. Há um efeito cascata, em que as metas internacionais e nacionais influenciam *frameworks* e padrões de relato, assim como regulações e regulamentações, resultando na aplicação de metodologias e ferramentas pela indústria, as quais avaliam riscos, impactos, dependências e/ou oportunidades em relação à biodiversidade.

FIGURA 3 – Visão geral da paisagem de relatos e como as iniciativas se relacionam tendo em vista o cumprimento da Meta 15 do GBF pela indústria brasileira.



Nota: Na categoria *Regulações e regulamentações* são exemplificados dois órgãos brasileiros que podem se envolver no relato da Meta 15: BACEN e CVM, além de dois órgãos de outras jurisdições (EFRAG da Europa e o SEC, equivalente à CVM nos Estados Unidos).

De maneira geral, nenhum *framework*, ferramenta ou metodologia será uma “bala de prata” para a Meta 15. Por exemplo, enquanto algumas abordagens contemplam impactos, dependências, riscos e oportunidades, muitas delas não servem para todos os ecossistemas ou dependem de dados geoespaciais modelados que permitem pouca aplicação ao nível local e entre áreas de uma mesma empresa.

Cabe destacar que muitas metodologias foram desenvolvidas para o setor financeiro, como o *GID* do *Global Impact Institute*²³, *BFFI*²⁴ e *CBF*²⁵, e podem não ser apropriadas para o contexto da indústria em relação à Meta 15. Além disso, existem análises detalhadas sobre ferramentas de mensuração de impacto na biodiversidade, as quais apresentam a aplicação das métricas aos negócios e os dados necessários para sua utilização efetiva²⁶. Assim, sugere-se que fontes de comparação de metodologias²⁷ e ferramentas listadas no *TNFD Tools Catalogue* sejam exploradas²⁸. Outras publicações que podem ser utilizadas como referência são: *CDC Biodiversité* (criadores do *GBS*), *BioInt*²⁹; e *TNC/WWF* (criadores do *Biodiversity Impact Assessment Framework - BIAF*³⁰).

3.3.1.1 Relatos de impactos e dependências no contexto internacional

Em relação ao Quadro I, a ferramenta mais amplamente utilizada internacionalmente para identificar impactos de negócios sobre a natureza (e sobre a biodiversidade) no contexto da Meta 15 é o *ENCORE*³¹ (*Exploring Natural Capital Opportunities, Risks and Exposure*), que tem sido utilizada em praticamente todos os pilotos do TNFD publicadas pela *Global Canopy*³² e *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*³³. A plataforma permite identificar impactos e dependências em relação à natureza, mas também especificamente sobre a biodiversidade.

23 GLOBAL IMPACT DATABASE - GID. **GID**. 2024. Disponível em: <https://www.impactinstitute.com/global-impact-data/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

24 BIODIVERSITY FOOTPRINTING FOR FINANCIALS - BFFI. **The 4 steps in BFFI**. 2024. Disponível em: <https://www.biodiversity-metrics.org/bffi.html#:~:text=The%20BFFI%20method%20is%20designed,and%20applications%20of%20the%20BFFI>. Acesso em: 02 ago. 2024.

25 Apesar de sua aplicação focada em avaliar o impacto de portfólios de instituições financeiras, um estudo de caso com uma empresa mineradora e de agricultura pode ser encontrado no seguinte link, e tem potencial para informar compromissos com a Meta 15: https://knowledge4policy.ec.europa.eu/sites/default/files/EU%20B%40B%20Platform%20Update%20Report%203_FINAL_1March2021.pdf.

26 BERGER, Joshua. #05 - Charting path: navigating the biodiversity tool wilderness - part 1 - The compasses. **Nature Intelligence Newsletter**, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/charting-path-navigating-biodiversity-tool-wilderness-joshua-berger-s3tqe/?trackingId=BLoby15e%2FeTxHwFpRHbKg%3D%3D>. Acesso em: 02 ago. 2024.

27 Recomendamos as seguintes fontes:

1. UNEP-WCWC. *Accountability for Nature. Comparison of Nature-Related Assessment and Disclosure Frameworks and Standards*. Relatório, Janeiro de 2024.

2. EU Business & Biodiversity Platform. *Biodiversity Disclosure Initiatives. Thematic Report*. April 2024.

3. EU Business & Biodiversity Platform. *Assessment of Biodiversity Measurement Approaches for Businesses and Financial Institutions. Update Report, December 2022*.

4. Business for Nature. *Recommendations for governments on the implementation of Target 15(a) of the Global Biodiversity Framework*. Report. June 2023.

28 ZHU *et al.* Glaring gaps in tools to estimate businesses' biodiversity impacts hinder alignment with the Kunming-Montreal global biodiversity framework. **Journal of Cleaner Production**, v. 451, p. 142079, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652624015270>. Acesso em: 02 ago. 2024.

29 THE BIODIVERSITY FOOTPRINT INTELLIGENCE COMPANY - BIOINT. **BioInt**. 2024. Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/bioint/posts/?feedView=all>. Acesso em: 02 ago. 2024.

30 BIODIVERSITY IMPACT ASSESSMENT FRAMEWORK - BIAF. **Articulating and Assessing Biodiversity Impact**. Disponível em: <https://www.thebiodiversityconsultancy.com/knowledge-and-resources/articulating-and-assessing-biodiversity-impact-169/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

31 NATURAL CAPITAL FINANCE ALLIANCE. **ENCORE: exploring natural capital opportunities, risks and exposure**. 2024. Disponível em: <https://www.encorenature.org/en>. Acesso em: 02 ago. 2024.

32 Um conjunto de documentos que demonstram pilotos TNFD com diversas empresas é disponibilizado no seguinte link: <https://globalcanopy.org/insights/news/assessing-nature-related-risks-and-opportunities-case-studies-from-global-canopy-s-2023-tnfd-piloting-programme/>

33 WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD. **Nature action**. Disponível em: <https://www.wbcSD.org/Imperatives/Nature-Action/WBCSD-s-TNFD-pilot>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Basicamente, o ENCORE sugere os principais impactos (mais materiais) de acordo com o setor ou subsetor de atuação da organização, os quais são separados por ativos ambientais (incluindo espécies e habitats) e serviços ecossistêmicos. Entretanto, somente um *score* qualitativo (baixo a muito alto) é descrito para cada impacto e dependência, ficando a cargo da organização trazer a relação disponibilizada pela ferramenta para a realidade do negócio de forma quantitativa.

Logo, o ENCORE tem sido chamado de uma “*screening tool*” (ferramenta de varredura), apropriada somente para uma análise preliminar. Um potencial limitador desta ferramenta é que os setores e subsetores são definidos pelo Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade (*Sustainability Accounting Standards Board – SASB* sigla em inglês), o que pode gerar incompatibilidade e sobreposição de classificações ao aplicar a ferramenta no contexto brasileiro.

Em março de 2024, a *Impact Management Platform*³⁴ divulgou um mapa sistemático (em forma de planilha) que lista e relaciona cada recurso (ferramenta, padrão ou *framework*) para avaliação de impactos relacionados à sustentabilidade de acordo com as seguintes ações: Estratégia; Governança; Identificação; Mensuração, avaliação e valor; Metas e planos; Implementação; Comunicação; Verificação, garantias e certificação; e *Benchmarking*. O mapa mostra como *frameworks*, ferramentas e padrões como o TNFD, GRI, SBTN, ISO, IFRS, SBTi, entre outros, podem ser úteis para as ações descritas. Alguns desses recursos podem ser importantes no contexto da biodiversidade.

3.3.1.2 Relatos de riscos e oportunidades no contexto internacional

³⁵Além das ferramentas e metodologias citadas no Quadro 1, outras informações e algumas ferramentas e metodologias adicionais podem ser citadas.

A **TNFD risk and opportunity registers**³⁶ é uma ferramenta do TNFD, especificamente desenvolvida para a fase A do LEAP, em que são avaliados os riscos e oportunidades. Isso se dá pela indicação de informações úteis para cada risco e oportunidade, conectando as informações com os mecanismos de priorização utilizados no *framework*. A tabela é disponibilizada em branco, mas apresenta exemplos que são complementados ao longo dos documentos de orientações para setores (citado acima), que apresentam os riscos mais frequentes e prováveis para cada setor.

34 IMPACT MANAGEMENT PLATFORM. 2024. **System Map**. Disponível em: “<https://impactmanagementplatform.org/system-map/>.”<https://impactmanagementplatform.org/system-map/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

35 WWF. **WWF risk filter suite**. 2024. Disponível em: <https://riskfilter.org/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

36 TNFD - TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES. **TNFD nature-related risk and opportunity registers**. 2023. dez. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/toolkit-worksheet/tnfd-nature-related-risk-and-opportunity-registers/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Entre as informações indicadas nessa ferramenta incluem-se: origem do risco (mudanças no estado da natureza e espécies, mudança nos serviços ecossistêmicos, impacto na sociedade), métricas de exposição (*e.g.*, que geram risco), métricas de magnitude (redução na receita, número de locais expostos), nível de risco (baixo, médio, alto), gerente responsável e conexão com outros riscos e oportunidades. Como ferramenta do TNFD, é altamente alinhada à Meta 15, e é útil para registrar os riscos e oportunidades de uma organização ao longo do tempo, especialmente se nenhum outro instrumento é implementado para tal.

O **Global Forest Watch** e o **Resource Watch** são ferramentas disponibilizadas de forma *online* que fornecem informações georreferenciadas sobre biodiversidade, incluindo áreas prioritárias para conservação, integridade da biodiversidade, mapas de uso do solo, clima, carbono, entre outros. Essas ferramentas permitem uma varredura de possíveis riscos à biodiversidade tanto nas operações diretas quanto na cadeia de valor. Nesse sentido, podem ser utilizadas para avaliar, de maneira preliminar, riscos relacionados à biodiversidade, em acordo com a Meta 15.

Além disso, por mostrarem informações espaciais, também podem fornecer uma leitura inicial sobre os impactos e oportunidades relativos à biodiversidade, com base no uso do solo, áreas prioritárias para conservação, e outros. As ferramentas são simples de utilizar e abertas, e são úteis para se ter uma primeira visão sobre a interface da indústria com a natureza e a biodiversidade. Foram amplamente utilizadas em pilotos do TNFD, especialmente para avaliações mais qualitativas sobre desmatamento na cadeia de valor. Dessa forma, é útil para empresas que realizam uma primeira avaliação de riscos relacionados à biodiversidade em suas áreas ou áreas de fornecedores.

O **Environmental Profit & Loss (EP&L)** é uma metodologia de valoração que estrutura o fluxo monetário em relação aos serviços utilizados pela empresa, incluindo serviços ecossistêmicos. Construída com base na *Life Cycle Analysis (LCA)* e na avaliação de capital natural, essa metodologia converte os valores resultantes da LCA (toneladas de CO₂, volume de água etc.) para valores monetários, e é considerada um método “além da LCA”³⁷. Nesse sentido, é uma metodologia que permite a quantificação de dependências, riscos e oportunidades relacionadas à biodiversidade, em alinhamento à Meta 15, mas o faz em termos monetários, apesar de outros métodos para valoração de serviços ecossistêmicos serem comumente mais aplicados.

Algumas críticas para o EP&L se direcionam à sua limitação em avaliar somente os efeitos do uso do solo, sendo que outros impactos na biodiversidade (uso de recursos biológicos, uso de água, espécies invasoras) são ignorados. Embora essa limitação não impeça uma avaliação

37 DAMIANI *et al.* 2024 Critical review of methods and models for biodiversity impact assessment and their applicability in the LCA context. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 101, p. 107134, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2023.107134>. Acesso em: 02 ago. 2024.

feita pela EP&L (e outras metodologias baseadas em LCA), esses impactos não contemplados são parte integrante do TNFD e de outros *frameworks*. Portanto, realizar um EP&L não é um passo inicial para adoção de outros *frameworks*. Por se tratar de uma metodologia de valoração, é indicado para objetivos estratégicos e de gerenciamento da empresa, e não para o mero cumprimento da Meta 15.

Por fim, o *Climate Disclosure Standards Board (CSDB)*³⁸ oferece orientações e guias para identificar riscos relacionados à biodiversidade e é um dos documentos mais completos para a biodiversidade entre os *frameworks* aqui trabalhados. Dentre os recursos listados, citam-se: a) *UNEP-WCMC's report Biodiversity measures for business*³⁹; b) *CISL Handbook for Nature-related Financial Risks*⁴⁰; c) *WBCSD/Meridian/WRI Guidelines for Identifying Business Risks and Opportunities*⁴¹; d) *The Climate-Nature Nexus: Implications for the Financial Sector*⁴² e e) *IFC's Guidance Note 6*⁴³. Grande parte desses recursos são documentos que guiam, de alguma forma, a identificação de riscos e oportunidades relacionados à natureza, ao clima e à biodiversidade, e podem também ser úteis como recursos adicionais.

3.3.2 CONTEXTO NACIONAL

Como os relatórios ESG (e afins) das 92 empresas da B3 que possuíam nota A e A- no CDP referentes a 2023 foram lançados ao longo do desenvolvimento deste estudo, são apresentados os resultados tanto para o ano de 2022 (82 relatórios) quanto para 2023 (25 relatórios). Três empresas só tinham relatórios referentes a 2021, enquanto quatro empresas não tinham relatórios publicados ou estes encontravam-se indisponíveis.

O levantamento mostrou que **87,80% e 88,46% citam a biodiversidade** em seus relatórios (2022 e 2023, respectivamente), enquanto **35,58% e 53,84% das empresas consideram a biodiversidade tema material** em 2022 e 2023, respectivamente (**Figura 4**). Por fim, **19,51% e 34,61% declararam metas relacionadas à biodiversidade** (2022 e 2023, respectivamente).

Essas diferenças podem ter ocorrido por dois motivos: 1) um aumento da tendência de relatar a biodiversidade como tema material frente ao GBF, estabelecido em 2022, e 2) uma vez que

38 CDSB - CLIMATE DISCLOSURE STANDARDS BOARD. **Application guidance for biodiversity-related disclosures**. nov. 2021. Disponível em: cdsb.net/biodiversity. Acesso em: 02 ago. 2024.

39 UNESP-WCMC; FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. 2020. **Biodiversity measures for business: corporate biodiversity measurement and disclosure within the current and future global policy context**. Cambridge, 2020. Disponível em: https://www2.unep-wcmc.org/system/comfy/cms/files/files/000/001/845/original/aligning_measures_corporate_reporting_disclosure_dec2020.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

40 CAMBRIDGE INSTITUTE FOR SUSTAINABILITY LEADERSHIP - CISL. **Handbook for Nature-related Financial Risks: Key concepts and a framework for identification**. 2021. Disponível em: <https://www.cisl.cam.ac.uk/resources/sustainable-finance-publications/handbook-nature-related-financial-risks>. Acesso em: 02 ago. 2024.

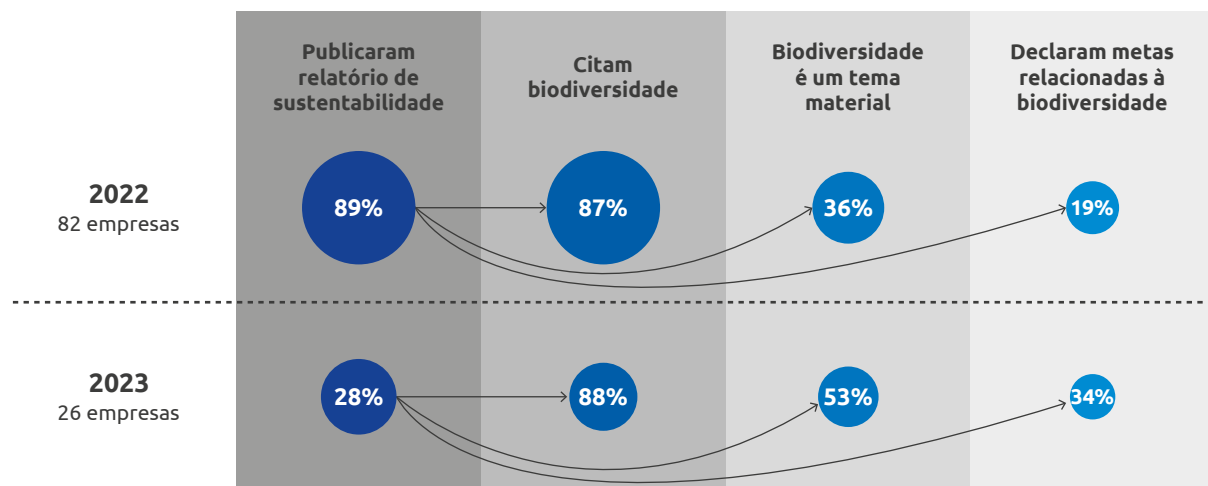
41 WBCSD; MERIDIAN INSTITUTE; WRI. **Guidelines for Identifying Business Risks and Opportunities Arising from Ecosystem Change Version 2.0**. Disponível em: <https://docs.wbcsd.org/2012/01/ESR-GuidelinesForIdentifyingBusinessRisks.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

42 NATURE FINANCE. **The climate-nature nexus**. Disponível em: <https://www.naturefinance.net/resources-tools/the-climate-nature-nexus-1/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

43 INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION – IFC. **Biodiversity conservation and sustainable management of living natural resources**. 2012. Disponível em: <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2012/ifc-performance-standard-6>. Acesso em: 02 ago. 2024.

foram avaliados os relatórios publicados até o início de maio de 2024, a amostra pode estar enviesada, pois as empresas mais engajadas em sustentabilidade (e com maior probabilidade de relatar quanto à biodiversidade) tendem a relatar logo após o término do ano fiscal anterior, aumentando as proporções observadas.

FIGURA 4 – Visão geral da biodiversidade nos relatórios ESG das empresas listadas na B3



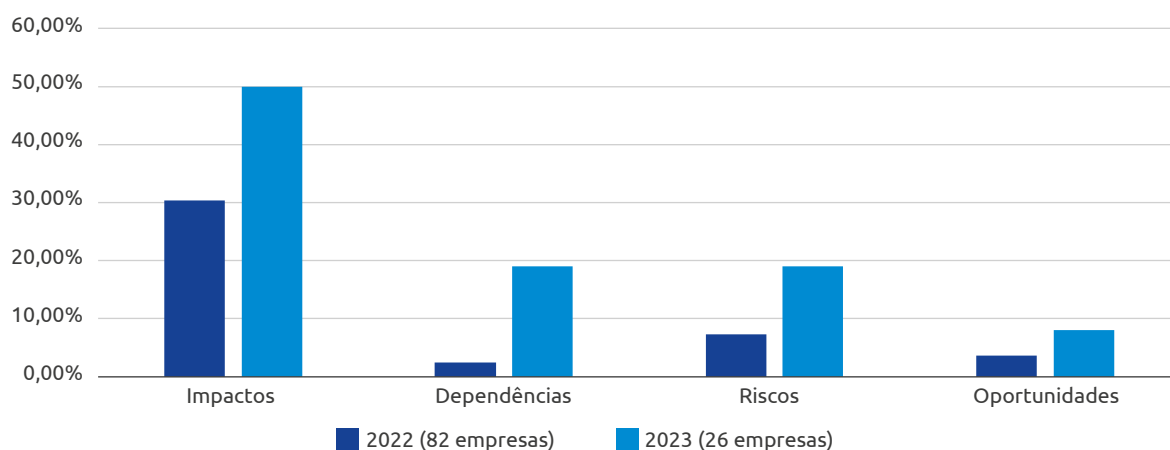
Nota: No exemplo de 2023, 28% das 92 empresas avaliadas publicaram relatórios de sustentabilidade. Destas, 89% citam a biodiversidade, 53% definem a biodiversidade como tema material e 34% declaram metas relacionadas à biodiversidade.

3.3.2.1 *Relato de impactos, dependências, riscos e oportunidades no contexto nacional*

O relato de impacto foi maior que o relato de dependências, riscos e oportunidades (**Figura 5**). Por vezes, era possível ver que muitos relatórios poderiam denominar alguns programas ou fatos relacionados às ações de sustentabilidade como riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade, mas não o relataram como tal. Isso provavelmente se dá por uma mudança de paradigma e/ou conceito, uma vez que os conceitos de “riscos” e “oportunidades” vêm majoritariamente da Gestão Climática, especialmente do *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD), lançado em 2015 (no qual o TNFD se embasou).

Curiosamente, apesar do questionário CDP já incluir questões sobre impactos à biodiversidade (muito alinhadas com o GRI) desde 2022, as empresas não relataram o CDP como uma ferramenta utilizada no relato em relação à biodiversidade. Isso possivelmente se dá porque o CDP enumera seus tópicos, mas não os requer indexados no relatório de sustentabilidade.

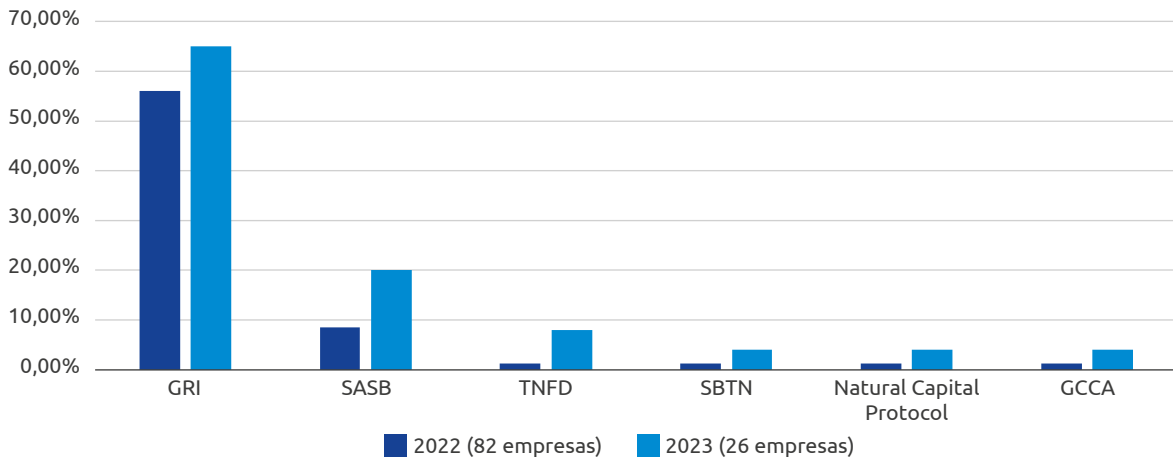
FIGURA 5 – Relato de dependências, impactos, riscos e oportunidades em relação à biodiversidade nos relatórios ESG das empresas listadas na B3



A análise dos relatórios ESG revelou que o padrão de relato GRI 304 foi amplamente utilizado nos relatórios ESG (**56,1%** ou 48 de 61 empresas em 2022 e **65,38%** ou 17 de 26 empresas, para 2022 e 2023, respectivamente; **Figura 6**). Quase metade das empresas (**41,94%**) que relataram utilizar o GRI 304-2 para identificar 'Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade' não elencou impactos ou não o fez apropriadamente (ver definição na metodologia) em 2022. Essa quantia caiu para 23,07% em 2023 (**Figura 6**), demonstrando maior maturidade das empresas em relação ao relato de impactos.

Apesar da análise do ano de 2022 sugerir que as equipes de ESG e sustentabilidade não estão preparadas para responder aos *frameworks* e padrões de relato de biodiversidade de maneira adequada, a pequena amostragem de 2023 sugere que essa tendência tem diminuído, pelo menos em relação à biodiversidade. O mesmo é válido para **dependências**, que foram relatadas por duas empresas (2,44%) em 2022 e por cinco empresas (19,23%) em 2023.

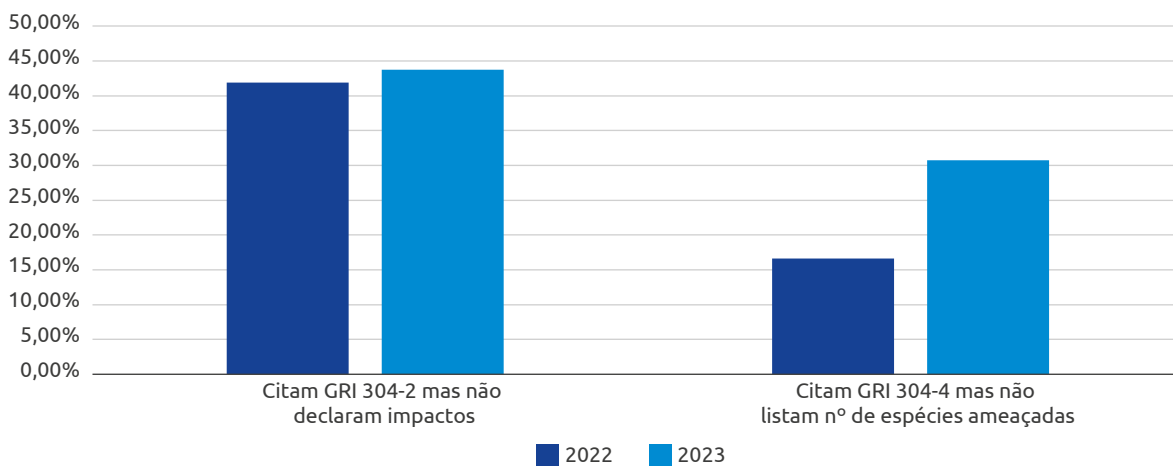
FIGURA 6 – Frameworks utilizados para relatar impactos na biodiversidade nos Relatórios de Sustentabilidade (e afins) de 92 empresas listadas na B3 e com nota A e A- no CDP



Nota: Uma empresa pode utilizar mais que uma metodologia, *framework* ou padrão para relato. GRI: *Global Reporting Initiative*; SASB: *Sustainability Accounting Standards Board*; TNFD: *Taskforce for Nature-related Financial Disclosure*; SBTN: *Science-based Targets Network*; GCCA: *Global Cement and Concrete Association*.

Dentre as empresas que utilizaram o GRI para estruturar seu relatório de sustentabilidade/ESG, apesar de citarem o GRI 304-2 (principais impactos na biodiversidade) e 304-4 (lista de espécies ameaçadas), parte delas tende a não disponibilizar essa informação (**Figura 7**).

FIGURA 7 – Informações disponibilizadas nos relatórios de sustentabilidade/ESG sobre impacto na biodiversidade e lista de espécies ameaçadas não corroboram com a utilização do GRI Standards 304-2 e 304-4

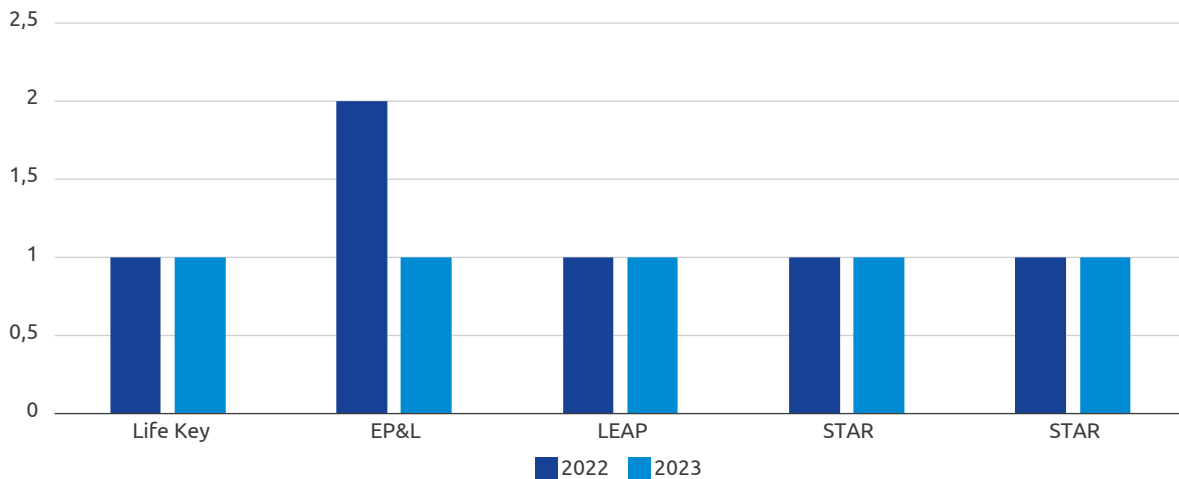


3.3.2.2 Ferramentas para relatos de impactos no contexto nacional

O número de metodologias e ferramentas utilizadas para as empresas levantadas foi bastante reduzido. No geral, as empresas tendem apenas a relatar a informação, sem se referir às ferramentas ou a metodologias específicas. Isso provavelmente reflete a realidade, uma vez que a maioria dessas ferramentas e metodologias foram desenvolvidas nos últimos anos,

enquanto as empresas coletam e relatam dados de biodiversidade, seja por *compliance* ou por requisição legal, há muito mais tempo.

FIGURA 8 – Ferramentas e metodologias utilizadas para relatar impactos, dependências e riscos à biodiversidade nos Relatórios de Sustentabilidade (e afins) de 92 empresas listadas na B3 e com nota A e A- no CDP



Nota: Uma empresa pode utilizar mais que uma metodologia, *framework* ou padrão para relato. EP&L: *Environmental Profit & Loss*; LEAP: *Locate, Evaluate, Assess, Prepare* (TNFD); STAR: *Species Threat Abatement and Restoration metric* (IUCN); MSA: *Mean Species Abundance* (GLOBIIO).

3.3.3 TENDÊNCIAS DE RELATO E MATERIALIDADE

Um recente estudo da *Transition Plan Taskforce* (TPT)⁴⁴ avaliou, com base na avaliação semiautomática (por inteligência artificial), as declarações relacionadas ao clima e à resiliência das empresas participantes do *Nature Action 100*⁴⁵. Entre os principais achados, foi constatado que enquanto a maioria das empresas avalia seus impactos (95%) e realiza avaliações de risco (75%) relacionadas ao clima, apenas 3% ou menos declara ou avalia seus riscos relacionados à natureza.

Ademais, essas empresas declararam cerca de 56% dos indicadores relacionados ao clima avaliados no estudo, mas somente 35% relacionados à natureza. Esses resultados vão ao encontro dos resultados apresentados no presente mapeamento dos relatórios ESG das empresas brasileiras, validando a metodologia aplicada e confirmando a mesma tendência de relato muito mais focado no clima tanto no cenário mundial quanto no cenário nacional.

44 MARTÍN, R. S. *et al.*. **Harnessing AI to assess corporate adaptation plans on alignment with climate adaptation and resilience goals.** 2024. Disponível em: SSRN <https://ssrn.com/abstract=4878341> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4878341>. Acesso em 12/07/2024.

45 NATURE ACTION 100. **Companies.** 2024. Disponível em: <https://www.natureaction100.org/companies/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Outra recente análise⁴⁶ compara as diferentes abordagens de materialidade em relação à biodiversidade, evidenciando que as abordagens de materialidade do IFRS tendem a ser a materialidade financeira, enquanto GRI, TNFD e ESRS utilizam a materialidade de impacto ou a dupla materialidade⁴⁷. As materialidades de impacto e dupla materialidade vão além dos impactos financeiros na organização, sendo mais dinâmicas e abrangentes em relação aos impactos na sociedade advindos de danos ambientais, mas potencialmente criando problemas de extensão – isto é, até que ponto impactos adversos e sobrepostos devem ser relacionados à organização.

Segundo os autores do estudo, é provável que as duas abordagens coexistam na paisagem de relato nos próximos anos. Por isso, é destacada a importância de auditorias e verificações por terceiros nas declarações e no relato sobre biodiversidade. Diferentemente dos relatos de sustentabilidade, majoritariamente dominados por empresas de consultoria, os relatos de biodiversidade são dominados por organizações não governamentais (ONGs) geralmente financiadas pela União Europeia.

3.3.4 DISCUSSÃO

Em relação às ferramentas, é reconhecido que o cenário de relato de sustentabilidade tem mudado ativamente. Isso pode ser constatado pelo frequente anúncio de aumento da interoperabilidade entre *frameworks* e padrões. Por exemplo, o GRI anunciou⁴⁸ recentemente a intenção de alinhar-se com a TNFD, seguindo a tendência dos relatos em relação ao clima (IFRS⁴⁹, EFRS/ISSB⁵⁰ e IFRS⁵¹). É esperado que o panorama de relato em relação à biodiversidade continue a mudar, e que possivelmente novas ferramentas surjam em resposta às diferentes demandas no futuro. Entretanto, Elliot et al.⁵² sugere que nenhum *framework* ou padrão de relato conseguiria abarcar todas as possíveis declarações relevantes frente à heterogeneidade de contextos de negócio e ao caráter complexo da biodiversidade.

46 ELLIOT, V. *et al.* Biodiversity reporting: standardization, materiality, and assurance. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 68, p. 101435, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2024.101435>

47 A **dupla materialidade** considera duas dimensões de impacto: financeiro e material. Enquanto a materialidade financeira se limita aos impactos do tema (e.g. natureza, biodiversidade) no aspecto financeiro da organização, a materialidade de impacto se refere aos impactos mais significativos da organização sobre a economia, o meio ambiente e as pessoas, incluindo os impactos sobre seus direitos humanos. O TNFD permite tanto a abordagem de materialidade única (financeira) quanto dupla, a primeira alinhada ao ISSB e a segunda alinhada ao GRI.

48 GRI. 2024. **Transparency standard to inform global response to biodiversity crisis**. 2024. Published date: 25 January 2024. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/news/news-center/transparency-standard-to-inform-global-response-to-biodiversity-crisis/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

49 IFRS. **New resource on emissions reporting using GRI and ISSB Standards**. 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2024/01/new-resource-on-emissions-reporting-using-gri-and-issb-standards/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

50 IFRS. **IFRS Foundation and EFRAG publish interoperability guidance**. 02 maio 2024. Disponível em: https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2024/05/ifrs-foundation-and-efrag-publish-interoperability-guidance/?mkt_tok=NDkxLVZORY03OTAAAAGS96Sg95UAeZoCT6OclF_lq0d1o-gtopZBI5aCsdXAOzn3ojMcWh63TIH-lcvVx1nKS0-g05Rmhlz5Q4o3d2tmOxSlHtT7oKhTlMrCeNwTLUA. Acesso em: 02 ago. 2024. EFRAG. **IFRS Foundation and EFRAG publish interoperability guidance**. 02 maio 2024. Disponível em: <https://www.efrag.org/en/news-and-calendar/news/ifrs-foundation-and-efrag-publish-interoperability-guidance>. Acesso em: 02 ago. 2024.

51 IFRS SUSTAINABILITY. **ISSB Meeting Staff paper: agenda reference: 3C & 4D**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2022/october/issb/ap3c4d-interoperability-key-matters.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

52 ELLIOT, V. *et al.* Biodiversity reporting: standardization, materiality, and assurance. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 68, p. 101435, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2024.101435>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Análises recentes têm mostrado que o alcance das metas globais da CDB (Metas de Aichi na década passada e GBF na atual década) tem sido insuficiente⁵³. Especificamente, observa-se que a implementação e o monitoramento de algumas metas (por exemplo a Meta 20 de Aichi: “Mobilização de recursos”) foram limitados pelo *trade off* entre prioridades nacionais e interesses internacionais de conservação, evidenciando que países que se engajam com outros setores e partes interessadas são cruciais para a implementação e o monitoramento das metas.

De 17 ferramentas e metodologias de gestão e avaliação de impacto dos negócios na biodiversidade desenvolvidas até o momento, incluindo algumas exploradas neste estudo, a maioria tende a abordar ao menos um elemento relacionado aos riscos, impactos e dependências associados à biodiversidade⁵⁴. Contudo, verifica-se que essas práticas não abrangem integralmente a Meta 15, dado que questões sobre consumo sustentável e acesso e repartição de benefícios, elementos “c” e “d” da meta, respectivamente, não são integralmente contempladas.

Além disso, constatou-se que, embora individualmente algumas das ferramentas possam cumprir um objetivo específico da Meta 15, uma avaliação holística revela que todos os objetivos dessa Meta são atendidos conjuntamente por apenas três metodologias: ABDI, Bioscope e Life Key. De forma similar, no estudo conduzido por Zhu e colaboradores, somente seis das 17 ferramentas avaliadas consideraram ecossistemas aquáticos (marinho, costeiro e de água doce), levando à conclusão de que a avaliação da biodiversidade realizada por essas ferramentas é bastante restrita e não reflete todos os elementos abordados pelo Marco Global.

Essas lacunas metodológicas sublinham o desafio significativo enfrentado pelas empresas para atender às expectativas do Marco e, em particular, cumprir a Meta 15.

3.3.4.1 Dados sobre a Biodiversidade

Um dos principais desafios associados às metodologias e ferramentas disponíveis centra-se no **acesso e na disponibilidade das ferramentas e dos dados necessários para utilizá-las**. Em resposta às perguntas feitas por membros de governos do G20 em Montreal, na COP15, em torno da **escassez de dados** padronizados e o fato da natureza ser caracterizada localmente (ao contrário do clima, que é global), o TNFD⁵⁵ publicou em agosto de 2023 um relatório contendo os resultados de um estudo com dados públicos para facilitar e acelerar o relato e a definição de metas por organizações, em alinhamento com a Meta 15.

53 MANEY *et al.* National commitments to Aichi Targets and their implications for monitoring the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. *npj Biodiversity*, v. 3, n. 6, 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44185-024-00039-5>. Acesso em: 02 ago. 2024.

54 ZHU *et al.* Glaring gaps in tools to estimate businesses' biodiversity impacts hinder alignment with the Kunming-Montreal global biodiversity framework. *Journal of Cleaner Production Volume*, v. 451, p. 142079, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652624015270>. Acesso em: 02 ago. 2024.

55 TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES - TNFD. 2023. **Findings of a high-level scoping study exploring the case for a global nature-related public data facility**. ago. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/tnfd-publishes-scoping-study-data-facility/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Essa iniciativa comparou arquétipos de bases de dados (catálogos públicos e colaborativos, base de dados centralizada e uma base de dados facilitada de acesso público), referido como “*Nature-related Data Catalyst*”, uma plataforma que reúne diversas fontes de dados, ferramentas e soluções relacionados ao relato do TNFD. Outras iniciativas têm também reunido dados, por exemplo, a *Toolbox* do SBTN⁵⁶.

O estudo concluiu, com base em avaliações feitas em março de 2022, que grande parte das ferramentas disponíveis à época eram suficientes para corporações e instituições financeiras começarem a identificar, avaliar e declarar questões relativas à natureza pelo *framework* do TNFD. No entanto, isso não torna os dados consistentes nem fáceis de acessar, especialmente em contextos regionais e locais. Assim, para o TNFD⁵⁷, esses dados deveriam compor uma **coleção**, e ser **credíveis**, **consistentes** e **conectados** entre diferentes fontes. A falta de cumprimento desses critérios (destacados em negrito) dificulta a avaliação e a tomada de ação efetiva, resultando em problemas como:

- Dificuldade no desenvolvimento de EPANBs;
- Custos de transição significativos para as organizações corresponderem às regulações e aos requerimentos resultantes do Marco Global, como relatar suas dependências, impactos e riscos à biodiversidade;
- Dificuldade das instituições financeiras em priorizar suas linhas de crédito para evitar financiar atividades que impactam negativamente a natureza ou priorizar resultados positivos em relação à natureza numa janela de tempo adequada.

Outro problema elencado pelo TNFD⁵⁸ em relação ao acesso aos dados se refere ao fato de grandes organizações e até mesmo grandes institutos de pesquisa não compartilharem seus dados sobre natureza de forma aberta, restringindo assim a disponibilidade dessas informações para organizações que não têm recursos para arcar com os custos de acesso.

Uma intervenção e esforço coletivo para sanar esse problema deveria: (i) Desenvolver um *framework* claro em relação a quais dados precisam ser coletados, como serão coletados, assim como sua manutenção e disponibilização; (ii) Providenciar incentivos para facilitar a coleta e manutenção de dados; (iii) Desenvolver pontos focais para acesso aos dados, considerando o âmbito global de partes interessadas.

56 SCIENCE BASED TARGETS NETWORK – SBTN. **STEP 1 TOOLBOX v1.1**. 2024. Disponível em: <https://sciencebasedtargetsnetwork.org/wp-content/uploads/2023/05/SBTN-Step-1-Toolbox-v1-2023.xlsx>. Acesso em: 02 ago. 2024.

57 TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES - TNFD. 2023. **Findings of a high-level scoping study exploring the case for a global nature-related public data facility**. ago. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/tnfd-publishes-scoping-study-data-facility/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

58 TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES - TNFD. 2023. **Findings of a high-level scoping study exploring the case for a global nature-related public data facility**. ago. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/tnfd-publishes-scoping-study-data-facility/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

No geral, as informações levantadas reforçam os pontos elencados pela Convenção de Diversidade Biológica em 2017⁵⁹ sobre as tendências de relato. Especificamente:

1) Biodiversidade nos relatos:

- a) A biodiversidade não é consistentemente citada ou relatada, muito em parte devido à complexidade associada ao termo. De fato, conseguir dados de qualidade dos clientes é um dos principais desafios desde as primeiras avaliações de instituições financeiras⁶⁰. Soma-se a isso uma falta de compreensão das relações potenciais entre biodiversidade, riscos e oportunidades de negócio;
- b) Menos da metade das empresas levantadas reconhecem a biodiversidade como material (36%) em 2022; um tópico reconhecido como de menor importância frente a outros. Além disso, muitos dos relatos se referem a “ecossistemas naturais” e outros termos relacionados a ecossistemas, evidenciando uma falta de entendimento de que a biodiversidade sustenta o funcionamento dos ecossistemas e seus serviços e que a natureza engloba todos estes tópicos.
- c) Impactos e dependências relativos à biodiversidade variam muito entre empresas e setores. Embora muitas empresas abordem questões de uso do solo e da água, se referindo, portanto, a importantes *drivers* de perda da biodiversidade⁶¹, elas não estabelecem uma conexão conceitual com a biodiversidade.

2) Em relação ao alinhamento entre *frameworks* e ferramentas:

- a) Apesar da falta de alinhamento identificada pela CDB⁶², atualmente temos uma situação mais positiva, em que a maioria dos *frameworks* e padrões de relato estão alinhados ou com intenção de se alinharem⁶³;
- b) Entretanto, a ‘fadiga de relato’ (termo cunhado para se referir à enorme quantidade de *frameworks* aplicáveis às empresas no âmbito ESG) continua bastante forte, especialmente com as atualizações recentes dos diversos *frameworks*⁶⁴;
- c) A bolsa de valores continua sendo bastante importante para o incentivo da divulgação de resultados em biodiversidade⁶⁵.

59 CDB. **Guidance for reporting by Businesses on their actions related to biodiversity**. CBD/SBI/2/4/Add.2. 20 maio 2017. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/ff6d/906c/ebc273f27f8e9416bba00b/sbi-02-04-add2-en.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

60 BUSINESS FOR NATURE – BFN. **Recommendations for governments on the implementation of Target 15(a) of the Global Biodiversity Framework**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.businessfornature.org/news/target15-recommendations>. Acesso em: 02 ago. 2024.

61 TASKFORCE FOR NATURE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES - TNFD. 2023. **Recommendations of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosures**. set. 2023. Disponível em: <https://tnfd.global/publication/recommendations-of-the-taskforce-on-nature-related-financial-disclosures/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

62 CDB. **Guidance for reporting by Businesses on their actions related to biodiversity**. CBD/SBI/2/4/Add.2. 20 maio 2017. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/ff6d/906c/ebc273f27f8e9416bba00b/sbi-02-04-add2-en.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

63 EU BUSINESS; BIODIVERSITY PLATFORM - EUB&B. **Thematic Report on Biodiversity Disclosure Initiatives**. 2024. Disponível em: https://green-business.ec.europa.eu/news/publication-thematic-report-biodiversity-disclosure-initiatives-2024-05-08_en. Acesso em: 02 ago. 2024.

64 EU BUSINESS; BIODIVERSITY PLATFORM - EUB&B. **Thematic Report on Biodiversity Disclosure Initiatives**. 2024. Disponível em: https://green-business.ec.europa.eu/news/publication-thematic-report-biodiversity-disclosure-initiatives-2024-05-08_en. Acesso em: 02 ago. 2024.

65 BUSINESS FOR NATURE – BFN. **Recommendations for governments on the implementation of Target 15(a) of the Global Biodiversity Framework**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.businessfornature.org/news/target15-recommendations>. Acesso em: 02 ago. 2024.



4 RECOMENDAÇÃO DAS MELHORES ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA META 15 NO BRASIL, CONSIDERANDO-SE METODOLOGIAS EXISTENTES E EXPERIÊNCIAS

Tendo em vista o mapeamento de ferramentas, metodologias e frameworks, assim como a análise de empresas que já implementam alguma ação relacionada à biodiversidade, três recomendações para a indústria brasileira em relação à meta 15 são apresentadas abaixo. Apesar de focadas nos *frameworks*, é importante lembrar que por meio destes é que diferentes metodologias podem ser aplicadas de maneira adequada, garantindo assim a gestão da biodiversidade no contexto do negócio.

1) Manter-se atualizado sobre as ferramentas e conceitos de relatos

A mudança na paisagem de relatos para englobar o risco à natureza significa não apenas um avanço conceitual além do clima, mas também uma mudança de paradigma – e de vocabulário associado (Figura 1). Como destacado ao longo deste relatório, a natureza inclui a biodiversidade, e o principal motivo de uso intercalado entre os dois conceitos provavelmente vem do vocabulário utilizado no Marco Global (com enfoque em “biodiversidade”) e no TNFD (com enfoque em “natureza”)⁶⁶.

Assim, é importante que as empresas estejam preparadas para se adequar ao quadro conceitual e à mudança de paradigma. Nesse sentido, recomendamos que as empresas adotem os *frameworks* e as metodologias mais gerais – as com enfoque na natureza, e não apenas na biodiversidade. Entretanto, ressaltamos que a utilização do termo biodiversidade é importante – uma vez que ela pode receber pouca atenção em estudos de grande escala⁶⁷.

O relato de impactos na biodiversidade (e na natureza) é muito mais frequente em relação às dependências, aos riscos e às oportunidades, refletindo a realidade europeia⁶⁸. Isso se dá porque o conceito de impacto na natureza é amplamente difundido. Por exemplo, o termo “impacto” começou a ser utilizado em estudos de impacto ambiental, e assim se mantém.

66 BUSINESS FOR NATURE – BFN. **Recommendations for governments on the implementation of Target 15(a) of the Global Biodiversity Framework**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.businessfornature.org/news/target15-recommendations>. Acesso em: 02 ago. 2024.

67 VON ZEDLITZ, G. Mind the gap?! the current state of biodiversity reporting. **SAFE White Paper**, n. 95, ago. 2023. Disponível em: https://safe-frankfurt.de/fileadmin/user_upload/editor_common/Policy_Center/SAFE_White_Paper_95.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

68 VON ZEDLITZ, G. Mind the gap?! the current state of biodiversity reporting. **SAFE White Paper**, n. 95, ago. 2023. Disponível em: https://safe-frankfurt.de/fileadmin/user_upload/editor_common/Policy_Center/SAFE_White_Paper_95.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

Já os riscos e oportunidades vêm de um *background* financeiro interligado com o avanço da agenda do clima na última década. Isso é validado pelo fato de muitos dos relatórios ESG analisados neste estudo citarem os termos *risco* e *oportunidades* em seus relatórios, mas somente em relação às questões climáticas. Já as *dependências* são raramente citadas de maneira explícita, apesar de terem aumentado em frequência em 2023, demonstrando que ainda falta uma maturação do setor empresarial em relação a esses conceitos e seu vocabulário associado.

2) Começar com o GRI e depois expandir para o TNFD ou outros *frameworks*

A ampla diversidade de *frameworks* e metodologias para o relato pode dificultar a decisão dos investidores⁶⁹. Considerando que o GRI é frequentemente utilizado pelas empresas no Brasil e fornece uma estrutura base para o relato de sustentabilidade (questões de ESG em geral, além da biodiversidade), é do interesse da indústria brasileira que abordagens mais gerais como a do GRI sejam adotadas primeiro.

Caso já sejam utilizadas abordagens gerais no relatório de sustentabilidade, é recomendado expandir o escopo para o GRI *Biodiversity* 101. A maioria das iniciativas de relato recentes procurou garantir interoperabilidade com o GRI. Nesse sentido, o GRI seria o primeiro “grande passo” para preparar o caminho para um relato efetivo relacionado à biodiversidade.

Entretanto, o GRI não fornece meios para identificar e avaliar riscos e oportunidades, sendo necessário a busca por outros *frameworks*, metodologias e ferramentas. Apenas depois de uma primeira estruturação e gestão da biodiversidade é que o TNFD ou outros *frameworks* se tornam apropriados para aplicação.

3) Ficar atento aos padrões IFRS

Apesar de adotar a visão de materialidade financeira, e não de dupla materialidade, limitando assim uma maior atenção aos assuntos voltados à biodiversidade, os padrões elaborados pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB (conselho de sustentabilidade da *IFRS Foundation*) vão se tornar obrigatórios para empresas de capital aberto a partir de 2027 (relato de 2026), no Brasil⁷⁰. A implementação no país se dará por meio dos pronunciamentos contábeis do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Seguindo o mesmo caminho do ESRS (CSRD/EFRAF), na Europa, que é bastante interoperacional,⁷¹

69 ELLIOT, V. *et al.* Biodiversity reporting: standardization, materiality, and assurance. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 68, p. 101435, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2024.101435>. Acesso em: 02 ago. 2024.

70 EY. **CVM publica resolução contemplando normas do ISSB que integram relatórios de sustentabilidade e financeiro**. 24 out. 2023. Disponível em: https://www.ey.com/pt_br/agencia-ey/noticias/cvm-publica-resolucao-contemplando-normas-issb. Acesso em: 02 ago. 2024.

71 EFRAG; TNFD. **TNFD-ESRS Correspondence mapping**. 2024. Disponível em: <https://tnfd.global/wp-content/uploads/2024/06/Correspondence-mapping-ESRS-and-TNFD.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

cumprem quase todas as métricas e divulgações do TNFD, observa-se que será realizado um mapeamento similar entre TNFD e IFRS, diminuindo a “fadiga de relatos”.

Portanto, em termos de prioridades e pensando no horizonte de 2030, seria vantajoso que a indústria brasileira se adequasse aos padrões IFRS antes de se alinhar ao TNFD. Se, no entanto, houver espaço e recursos para a ação antes de lidar com a obrigatoriedade do IFRS em 2027, recomenda-se a adoção do TNFD.

Por fim, caso o TNFD siga o mesmo caminho que seguiu o TCFD, que teve seus trabalhos concluídos com o lançamento das normas do ISSB, uma vez que houve total incorporação das recomendações TCFD a essas normas, é de boa prática se preparar também para relatar de acordo com o TNFD antes do horizonte de 2030.



GLOSSÁRIO

BIAF: sigla para Biodiversity Impact Assessment Framework, uma ferramenta desenvolvida pela The Nature Conservancy e pelo WWF.

Biodiversidade: A variabilidade entre os organismos vivos incluindo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas. (Definição pela CDB 1992 Artigo 2).

CDC GBS Score: O Global Biodiversity Score (GBS) é uma ferramenta para avaliação de impactos e dependências relativos à biodiversidade desenvolvida pela CDC Biodiversité.

CDB: Convenção da Biodiversidade Biológica. É um tratado internacional de biodiversidade do qual 195 países, inclusive o Brasil, fazem parte. O tratado foi adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), em 1992. Como a CDB é o principal fórum internacional sobre biodiversidade, os compromissos assumidos pelas partes devem ser internalizados nacionalmente por meio de políticas, programas e projetos. O último deles foi o GBF.

CDP: Anteriormente Carbon Disclosure Project, é um padrão de relato internacional baseado em um questionário anual. Auxilia empresas a relatar aos investidores sobre seus riscos materiais relacionados a aspectos ambientais.

CDSB: Refere-se ao Climate Disclosure Standards Board, agora parte do IFRS.

Declarações: informações relacionadas à sustentabilidade tornadas públicas por empresas, indústrias e instituições financeiras.

ENCORE: acrônimo para Exploring Natural Capital Opportunities, Risks and Exposure. É uma ferramenta que permite uma triagem qualitativa dos impactos e dependências de setores produtivos relacionados à natureza.

EPANB: acrônimo para Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade. São planos implementados nacionalmente pelos países que são signatários da CDB para o alcance das metas acordadas.

EP&L: sigla para Environmental Profit & Loss, uma metodologia que integra os fluxos de caixa em relação à utilização de recursos naturais. É baseada em metodologias de análise de ciclo de vida (LCA).

ESG: acrônimo para *Environment, Social and Governance*. Refere-se a todos os aspectos do Ambiente, Social e Governança (ASG) no contexto dos negócios. A forma mais comum de divulgação dessas informações, por cada empresa, é através de relatórios de sustentabilidade, relatórios ESG e afins, ou através do próprio *website*.

ESRS: European Sustainability Reporting Standards. É o padrão de relato de informações relacionadas à sustentabilidade, obrigatório para a Europa.

GBF: Framework Global de Biodiversidade Pós-2020, mais conhecido como “Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework”. Na 15ª Conferência das Partes (COP) da CDB, realizada em 2022, os países adotaram o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, também chamado de Plano da Biodiversidade. O Plano define 4 objetivos e 23 metas para enfrentar os desafios relacionados à perda da biodiversidade até 2030, com uma visão de viver em harmonia com a natureza até 2050.

GRI: Anteriormente um acrônimo para Global Reporting Initiative, é o padrão de relato internacional que auxilia a estruturar o relato de diversos componentes de sustentabilidade e financeiros.

IFRS: International Financial Reporting Standards. É uma fundação sem fins lucrativos que determina padrões de relato de sustentabilidade. Esses padrões são desenvolvidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB).

ISSB: International Sustainability Standards Board (ISSB). Desenvolve os padrões de relato IFRS.

LCA: acrônimo para Life Cycle Analysis. Agrega um conjunto de métodos e ferramentas baseados na análise de impactos de produtos e serviços desde sua produção até a destinação final (cradle to grave) ou até a sua reciclagem (cradle to cradle).

LEAP: metodologia recomendada e desenvolvida pelo TNFD para a elaboração das declarações. LEAP é um acrônimo que significa L (Localizar), E (Estimar), A (Avaliar) e P (Preparar para o relato). Esta análise não foi feita no presente relatório.

Natureza: o mundo natural, com ênfase na diversidade dos organismos vivos (incluindo as pessoas) e suas interações entre si e com o seu ambiente (Adaptado de Díaz et al. 2015 The IPBES Conceptual Framework - Connecting Nature, traduzido do glossário do TNFD).

SBTN: Science-based Targets Network. É um framework que auxilia na definição de metas relacionadas à natureza baseadas na ciência para organizações.

SASB: Sustainability Accounting Standards Board. Framework de relato internacional que auxilia empresas de 77 setores a relatar aos investidores seus riscos e oportunidades sociais e ambientais.

TCFD: Taskforce for Climate-related Financial Disclosure. É um framework para avaliação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima. Foi recentemente incorporado ao International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation. Sua estrutura conceitual foi base para o TNFD.

TNFD: Taskforce for Nature-related Financial Disclosure. Framework internacional para relato em relação à natureza. Auxilia empresas a relatar aos investidores sobre seus riscos materiais relacionados à natureza (incluindo biodiversidade). Estabelece parâmetros para avaliação de impacto, dependências, riscos e oportunidades em relação à natureza (incluindo componentes da biodiversidade).

WWF: World Wide Fund for Nature é uma organização não-governamental envolvida no desenvolvimento de algumas metodologias e ferramentas citadas no presente mapeamento.

CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

Gabinete da Presidência

Danusa Costa Lima e Silva de Amorim
Chefe do Gabinete

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Roberto de Oliveira Muniz
Diretora de Relações Institucionais

Superintendência de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Davi Bomtempo
Superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Gerência de Recursos Naturais

Mario Augusto de Campos Cardoso
Gerente de Recursos Naturais

Júlia Moreira Pupe

Priscila Maria Wanderley Pereira
Equipe Técnica

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado Matta
Diretora de Comunicação

Superintendência de Publicidade e Mídias Sociais

Mariana Caetano Flores Pinto
Superintendente de Publicidade e Mídias Sociais

Leticia Luiza Martins Bezerra

William Homero Rufino da Silva
Produção Editorial

DIRETORIA CORPORATIVA

Cid Carvalho Vianna
Diretor Corporativo

Superintendência de Desenvolvimento Humano

Renato Paiva
Superintendente de Desenvolvimento Humano

Gerência de Educação Corporativa

Priscila Lopes Cavichioli
Gerente de Educação Corporativa

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Francine Leal

Caroline Grassl

Luiz Henrique Varzinczak

Eduardo Miguel Zanette

Gabriela Kszan

Consultor

Arabera Traduções

Revisão Gramatical

Editorar Multimídia

Projeto Gráfico e Diagramação

 .cni.com.br

 /cniBrasil

 @cniBr

 /cniweb

 /company/cni-brasil



9 788579 572760

